

1 Ata da primeira sessão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do
2 Sistema Conselhos de Psicologia, realizada às dez horas e trinta e sete minutos, do dia
3 vinte e um de maio de dois mil e onze, convocada na forma que dispõe o Regimento
4 Interno da APAF, na sede do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília - Distrito
5 Federal. O conselheiro Humberto Cota Verona, como presidente do Conselho Federal
6 de Psicologia (CFP), iniciou a reunião se apresentando e apresentando a conselheira
7 vice-presidente do CFP, Clara Goldman Ribemboim. Ele deu as boas-vindas a todos os
8 representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) presentes. Antes de
9 iniciar a conferência das delegações e a composição da mesa diretora, o conselheiro
10 presidente Humberto Verona comunicou que estavam presentes na Assembleia das
11 Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) as representantes do futuro
12 Conselho Regional de Psicologia da Vigésima Região (CRP-20): Iolete Ribeiro dos
13 Santos, representando a seção do Amazonas e Macleine Paula de Melo, representando a
14 seção do Acre, na condição de convidadas, e Neffretier Cinthia Rebello A. dos Santos
15 Clasta, representando a seção de Rondônia, na condição de delegada do Conselho
16 Regional de Psicologia da Primeira Região (CRP-01). Humberto Verona informou que
17 as eleições para decidir a composição do plenário do CRP-20 já estão marcadas, mas
18 ainda não aconteceram e que a Cláudia de Souza Cruz Brasil, representante da seção de
19 Roraima, foi convidada para participar da Assembleia, mas não pôde comparecer.
20 Assim, o conselheiro presidente do CFP, Humberto Verona, deu início à reunião com a
21 conferência das delegações. Os trabalhos foram iniciados com a presença dos seguintes
22 delegados: CFP: Humberto Verona, Monalisa Barros e Clara Goldman; CRP-01: Niva
23 de Oliveira Hanazumi e Neffretier Clasta; CRP-02: Maria Conceição Costa e Glaudston
24 Cordeiro de Lima; CRP-03: Valter da Mata Filho e Carlita Moraes Bastos; CRP-04:
25 Ricardo Mometzsohn, Júnia Maria Campos Lara e Lourdes Aparecida Machado; CRP-
26 05: Lygia Ayres, Lindomar Darós e Lia Yamada; CRP-06: Carla Biancha Angelucci,
27 Fernanda Lavarello e Joari de Carvalho; CRP-07: Vera Pasini, Loiva Leite e Vania
28 Roseli Correa de Mello; CRP-08: Fernanda Rossetto, João Baptista Fortes de Oliveira e
29 Sergio Braghini; CRP-09: Wadson Arantes Gama e Ériko Netto de Lima; CRP-10:
30 Dorotéa de Cristo; CRP-11: Adriana de Alencar e Katiana Moura Rocha; CRP 12:
31 Marilene Wittitz e Gilceo Garcia Gonçalves; CRP 13: Andrea Tavares Carvalho e Maria
32 do Socorro Costa Pizzetti; CRP-14: Carlos Afonso Marcondes Medeiros; CRP-15:
33 Benedito Cedrim; CRP-16: Janaína Ferreira Pereira; CRP-17: Nilza Maria Molina
34 Mendes; CRP-18: Maria Aparecida de Amorim Fernandes; CRP-19: Edelvaise
35 Mendonça Ferreira. Após conferir as delegações, o presidente do CFP, Humberto
36 Verona, passou para a definição, por votação de maioria simples, dos delegados que
37 conduzirão os trabalhos, compondo a mesa diretora: Lia Yamada (CRP-05), Loiva Leite
38 (CRP-07) e Humberto Verona (CFP) no dia vinte um de maio de dois mil e onze; Sérgio
39 Braghini (CRP-08), Fernanda Lavarello (CRP-06) e Monalisa Barros (CFP) no dia vinte
40 e dois de maio de dois mil e onze. O delegado Humberto Verona informou que, para
41 apresentação de pontos, haveria um tempo máximo de dez minutos e, durante o debate,
42 para cada fala haveria um tempo limite de três minutos. Humberto Verona informou que
43 Loiva Leite iria ajudar na anotação das idéias levantadas pelos delegados para que, ao
44 final de cada ponto, a Mesa pudesse fazer um resumo da discussão e apresentar as
45 propostas trazidas. A delegada Dorotéa Albuquerque de Cristo perguntou se era
46 possível incluir um ponto de pauta, ao que o delegado Humberto Verona respondeu que
47 sim e deu início ao debate sobre inclusão, exclusão e ordem de discussão de pontos de
48 pauta. O conselheiro presidente do CFP informou a decisão ocorrida na Reunião de
49 Presidentes do dia vinte de maio de dois mil e onze de que o ponto "Utilização do Nome
50 Social no Documento de Registro Profissional, nos demais Documentos e nos Meios de

51 Divulgação” fosse discutido na APAF e avisou que os informes seriam dados antes do
52 início da discussão dos pontos de pauta. Dorotéa de Cristo pediu para incluir o ponto “A
53 Escuta Especial e Depoimento sem Dano” na pauta da APAF. A delegada Fernanda
54 Bastos Lavarello disse que foi decidido na Reunião de Tesoureiros do dia vinte de maio
55 de dois mil e onze que seria solicitado à APAF a inclusão do ponto “Criação de Grupo
56 de Trabalho para Padronizar Regras de Isenções e Anuidades”. A delegada Monalisa
57 Nascimento dos Santos Barros informou que na Reunião de Tesoureiros também foi
58 decidido que seria solicitada a inclusão do ponto “Criação de Fundo para Indenização
59 da Devolução das Anuidades Relativas aos Processos Judiciais no Sistema Conselhos”
60 na pauta da APAF. O delegado Humberto Verona perguntou se existiria alguma
61 proposta de retirada de ponto de pauta. O delegado Benedito Raimundo Arruda Cedrim
62 disse que, em relação aos pontos “Eleição via Internet” e “Carteira de Identidade
63 Profissional”, um técnico esteve presente na APAF de dezembro do ano anterior e fez
64 uma apresentação sobre os temas, cabendo aos delegados presentes na Assembléia
65 apenas decidir se eles serão implantados ou não. Sobre o ponto “Digitalização de
66 Documentos”, o delegado afirmou que não sabia se um representante da empresa
67 Implanta iria apresentar o tema na APAF. Benedito Cedrim afirmou que não tinha
68 condições de abordar os temas, pois isso deveria ser feito por especialistas da área, e
69 perguntou se os pontos deveriam ser retirados. A delegada Monalisa Barros disse que é
70 possível que os pontos sejam discutidos, uma vez que deveria ser decidido apenas se a
71 implantação será feita e como se dará o escalonamento para que ela ocorra. O delegado
72 Benedito Cedrim concordou com a manutenção dos pontos na pauta. O delegado
73 Humberto Verona dá início à definição da ordem de discussão dos pontos de pauta
74 informando que a apreciação da ata da APAF anterior e os pontos financeiros sempre
75 são discutidos no primeiro dia de Assembleia. O CFP solicitou que os pontos
76 “Resolução sobre a Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional” e “Ano da Avaliação
77 Psicológica” fossem discutidos no segundo dia de Assembleia porque as convidadas
78 Adriana Eiko Matsumoto e Ana Paula Porto Noronha não poderiam estar presentes no
79 primeiro dia da APAF para apresentar os pontos. A delegada Fernanda Bastos Lavarello
80 propôs que o ponto “Escala Hare” fosse discutido junto com o ponto “Ano da Avaliação
81 Psicológica”. A delegada Vera Pasini disse que os pontos que demandavam uma
82 discussão mais prolongada deveriam ser divididos entre os dois dias de reunião. A
83 delegada Lygia Santa Maria Ayres falou que concordava com Vera Pasini e que os
84 pontos “Ano da Avaliação Psicológica”, “Escala Hare” e “Resolução sobre a Atuação
85 do Psicólogo no Sistema Prisional” eram pontos que exigiam um debate mais longo e,
86 se todos eles fossem pautados para o mesmo dia, haveria o risco de que a discussão dos
87 pontos não fosse concluída. A delegada Clara Goldman informou que o próprio Grupo
88 de Trabalho do Sistema Prisional solicitou ao CFP que Adriana Eiko estivesse presente
89 na APAF para apresentar o resultado do trabalho e que, se os pontos “Ano da Avaliação
90 Psicológica”, “Escala Hare” e “Resolução sobre a Atuação do Psicólogo no Sistema
91 Prisional” fossem pautados para o início da manhã do segundo dia de APAF, seria
92 possível discuti-los. **1. Apreciação da Ata da APAF de dezembro de 2010.** Para a
93 discussão do ponto “Apreciação da Ata da APAF de Dezembro de 2010”, o conselheiro
94 presidente do CFP conferiu as delegações dos CRPs e do CFP, que foram: CFP:
95 Humberto Verona, Monalisa Barros e Clara Goldman; CRP-01: Niva de Oliveira
96 Hanazumi e Neffretier Clasta; CRP-02: Maria Conceição Costa e Glaudston Cordeiro
97 de Lima; CRP-03: Valter da Mata Filho e Carlita Moraes Bastos; CRP-04: Ricardo
98 Moretzsohn, Júnia Maria Campos Lara e Lourdes Aparecida Machado; CRP-05: Lygia
99 Ayres, Lindomar Darós e Lia Yamada; CRP-06: Carla Biancha Angelucci, Fernanda
100 Lavarello e Joari de Carvalho; CRP-07: Vera Pasini, Loiva Leite e Vania Roseli Correa

101 de Mello; CRP-08: Fernanda Rossetto, João Baptista Fortes de Oliveira e Sergio
102 Braghini; CRP-09: Wadson Arantes Gama e Ériko Netto de Lima; CRP-10: Dorotéa de
103 Cristo; CRP-11: Adriana de Alencar e Katiana Moura Rocha; CRP 12: Marilene Wittitz
104 e Gilceo Garcia Gonçalves; CRP 13: Andrea Tavares Carvalho e Maria do Socorro
105 Costa Pizzetti; CRP-14: Carlos Afonso Marcondes Medeiros; CRP-15: Benedito
106 Cedrim; CRP-16: Janaína Ferreira Pereira; CRP-17: Nilza Maria Molina Mendes; CRP-
107 18: Maria Aparecida de Amorim Fernandes; CRP-19: Edelvaise Mendonça Ferreira.
108 Na ata do dia onze de dezembro de dois mil e dez, as modificações solicitadas foram: na
109 linha 33, a delegada Vera Pasini ressalta que a delegada do CRP-07 que participou da
110 Mesa Diretora na APAF de dezembro de 2010 foi Vania de Mello; na linha 34, o
111 delegado Humberto Verona ressaltou que ele não participou da Mesa Diretora no
112 segundo dia da Assembleia; na linha 110, o delegado Sérgio Braghini disse que não viu
113 o nome da delegada Junia Lara, que participou da APAF de dezembro de 2010 como
114 representante do CRP-04, ao que o delegado Humberto Verona informou que o nome da
115 delegada constava na linha 12 da ata; na linha 321, o delegado Joari de Carvalho
116 solicitou que a redação fosse alterada para "A delegada Biancha Angelucci comunicou
117 que o CRP-06 não sofreu ação com relação às anuidades nas duas últimas gestões"; na
118 linha 377, o delegado Wadson Gama pediu que a palavra "nacional" fosse mudada para
119 "regional"; na linha 506, a delegada Loiva Leite pediu que a redação fosse alterada para
120 "IV Conferência Nacional Intersetorial de Saúde Mental" e ressaltou que a Conferência
121 aconteceu em dois mil e dez; na linha 567, o delegado Lindomar Darós pediu que fosse
122 suprimida a palavra "bandidos"; na linha 640, o delegado Sérgio Braghini informou que
123 a delegação do CRP-08 entregou uma carta de protesto, mas, como o delegado não se
124 recordava ao certo se isso ocorreu no primeiro ou no segundo dia de APAF, ficou
125 decidido que a informação seria buscada na ata do segundo dia de Assembleia e, caso
126 não fosse encontrada, seria acrescentada na ata do primeiro dia de APAF; na linha 661,
127 a delegada Edelvaise Ferreira informou que os seus sobrenomes foram escritos na
128 ordem inversa; na linha 692, a delegada Vera Pasini solicita que o texto seja alterado
129 para "... foi de que o psicólogo que realiza o tratamento penal, não seja o mesmo que
130 faça o exame criminológico"; na linha 705, a delegada Loiva Leite pediu que seu nome
131 fosse corrigido. Neste momento, a delegada Vera Pasini falou que alguns delegados
132 estavam em dúvida se o texto da linha 692 poderia ser alterado, uma vez que ele se
133 refere à fala do delegado Álvaro Junior e havia a possibilidade de que a escrita estivesse
134 correta e o delegado tivesse se equivocado no momento de passar as informações. A
135 delegada Niva Hanazumi informou que as alterações sugeridas poderiam ser mantidas
136 porque refletiam a fala do delegado na APAF de dezembro de 2010 e a redação da ata
137 foi alterada. Dando prosseguimento à correção da ata, na linha 741, o delegado
138 Lindomar Darós informou que faltou a palavra "respeito" no trecho "...alteração
139 somente no que diz à legislação..."; na linha 743, o delegado Lindomar Darós solicitou
140 que, após "Sistema Conselhos", fosse acrescentado "de Psicologia"; na linha 830, a
141 delegada Vera Pasini sugeriu que a palavra "apenados" fosse substituída por
142 "penalizados"; na linha 847, o delegado Joari de Carvalho sugeriu que a palavra "lei"
143 fosse substituída por "resolução"; linha 957, o delegado Lindomar Darós pediu que o
144 verbo "sugerem" fosse alterado para "sugere"; na linha 972, o delegado Lindomar
145 Darós solicitou que "se apresentados" fosse substituído por "apresentaram-se". O
146 delegado Humberto Verona abriu para a votação e, após as alterações realizadas, a ata
147 da APAF do dia onze de dezembro de dois mil e dez foi aprovada por unanimidade. Na
148 ata do dia vinte e dois de maio de dois mil e dez, as modificações solicitadas foram: na
149 linha 7, a delegada Vera Pasini pediu que o seu nome fosse substituído pelo nome da
150 delegada Vania de Mello; na linha 19, a delegada Adriana Alencar solicitou que ela e a

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

151 delegada Katiana Moura fossem incluídas na delegação do CRP-11; na linha 20, a
152 delegada Maria do Socorro Pizzetti informou que estava faltando na delegação do CRP-
153 13 o nome da delegada Maria de Fátima Holanda; na linha 26, o delegado Lindomar
154 pediu que a redação fosse alterada para “trabalha há quase sete anos no presídio da
155 Marinha”; na linha 112, o delegado Lindomar Darós solicitou que a palavra
156 “sexualidade” fosse trocada por “orientação sexual”; na linha 239, o delegado Lindomar
157 Darós mostrou que havia um erro de grafia e o delegado Humberto Verona pediu que o
158 artigo “o” fosse retirado; na linha 317, o delegado Joari de Carvalho pediu que os
159 parênteses fossem retirados e a delegada Lia Yamada propôs a seguinte redação para o
160 trecho: “...considera problemático que três relações afetivas até os trinta anos seja
161 indicador de promiscuidade”. Antes de prosseguir com as alterações na ata, o delegado
162 Humberto Verona informou que na APAF de dezembro de 2010 o CRP-13 trouxe
163 apenas uma delegada, Maria do Socorro Pizzetti, e que a informação da ata estava
164 correta. Dando prosseguimento às modificações na ata do segundo dia da APAF de
165 dezembro de 2010, nas linhas 345 e 346, o delegado Lindomar Darós solicitou que sua
166 fala fosse transcrita na íntegra ou fosse retirada a frase “também se consideraria um
167 psicopata”, sendo que o delegado Humberto Verona considerou que a segunda opção
168 seria a mais adequada e todos os delegados presentes concordaram. O delegado
169 Benedito Cedrim questionou se tudo que é falado pelos delegados é gravado e transcrito
170 na ata na íntegra e o delegado Humberto Verona respondeu que é feita uma adaptação
171 da fala dos delegados para compor a ata, mas mantendo-se a fidelidade ao que foi dito
172 por eles. O delegado Lindomar Darós disse que compreende que o trabalho de síntese
173 de atas é muito difícil e o que ele trouxe foi apenas para fazer uma ponderação e
174 resolver a questão. Continuando com a correção da ata da APAF de dezembro de 2010,
175 na linha 471, a delegada Dorotéa de Cristo solicitou que fosse retirado o “de” do nome
176 da delegada suplente, que é Cilene Maria Alencar Sobrera, e pediu também que isso
177 fosse feito em toda a ata; na linha 476, o delegado Sérgio Braghini informou que havia
178 um erro de digitação no nome do delegado Humberto Verona, mas o conselheiro
179 presidente do CFP disse que seu nome estava escrito de forma correta; na linha 665, o
180 delegado Lindomar Darós perguntou se a palavra “Conselhinho” não deveria ser
181 substituída por “Conselhão”, ao que o delegado Humberto Verona explicou que não,
182 pois “Conselhinho” se referia aos Conselhos Federais da área da Saúde, e pediu para
183 que essa explicação fosse acrescentada na ata; na linha 681, o delegado Joari de
184 Carvalho pediu que a redação fosse alterada para “...entrar em contato com os senadores
185 recém-eleitos de São Paulo”. O delegado Humberto Verona informou que na linha 716
186 da ata estava constando que o CRP-08 entregou uma carta de protesto, esclarecendo
187 assim a dúvida do delegado Sérgio Braghini. Em relação às alterações, na linha 843, a
188 delegada Vera Pasini pergunta a Humberto Verona se ele disse que “o CNP não é uma
189 instância deliberativa”, ao que o delegado responde que não disse isso e fica acordado
190 entre os presentes que a palavra “deliberativa” será substituída por “executiva”; nas
191 linhas 859 a 863, a delegada Janaína Pereira sugere que o trecho seja alterado para “a
192 delegada Andréa Nascimento disse ainda que discutiram sobre a possibilidade do
193 Crepop pesquisar o trabalho do psicólogo dentro das políticas públicas de trabalho,
194 emprego e renda”; na linha 915, o delegado Lindomar Darós solicitou que a letra “s” de
195 “CRPs” seja colocada minúscula; na linha 957, a delegada Vania de Mello informou
196 que seu nome se escreve sem o acento circunflexo e solicitou que a modificação seja
197 feita em todas as ocorrências do seu nome na ata; na linha 1.120, o delegado Lindomar
198 Darós pediu que a palavra “trarão” fosse alterada para “trará”; na linha 1.201, o
199 delegado Lindomar Darós solicitou que a palavra “naciturno” fosse modificada para
200 “nacituro”. O delegado Humberto Verona colocou em votação a ata da segunda sessão

201 da APAF de dezembro de dois mil e dez e ela foi aprovada por unanimidade. O
202 delegado Lindomar Darós falou que a leitura da ata tem sido muito demorada e esse
203 dispositivo precisa ser melhorado. Ele sugeriu que os CRPs recebessem as atas com
204 maior antecedência, mandassem as críticas por e-mail e recebessem de volta as atas
205 corrigidas, sendo que na APAF ocorreria apenas a aprovação das mesmas. O delegado
206 Humberto Verona disse que a Mesa Diretora acatou a sugestão de Lindomar Darós e
207 reforçou que todos os CRPs deveriam fazer a leitura e as alterações dentro do prazo
208 estabelecido. O delegado Joari de Carvalho sugeriu que a ata fosse enviada aos CRPs no
209 máximo até a primeira quinzena de outubro e a sugestão foi acatada por todos os
210 presentes. **2. Pontos Financeiros.** Inicialmente a Mesa Diretora conferiu as delegações.
211 Ficaram como delegados para este ponto: CFP: Humberto Verona, Monalisa Barros e
212 Clara Goldman; CRP-01: Niva Hanazumi e Neffretier Clasta; CRP-02: Maria
213 Conceição Costa e Glaudston de Lima; CRP-03: Valter Filho e Carlita Bastos; CRP-04:
214 Ricardo Moretzsohn, Júnia Lara e Lourdes Machado; CRP-05: Lygia Ayres, Lindomar
215 Darós e Lia Yamada; CRP-06: Carla Biancha Angelucci, Fernanda Lavarello e Joari de
216 Carvalho; CRP-07: Vera Pasini, Loiva Leite e Vania de Mello; CRP-08: Fernanda
217 Rossetto, João Baptista de Oliveira e Sergio Braghini; CRP-09: Wadson Gama e Ériko
218 de Lima; CRP-10: Cilene Maria de Alencar Sobreira; CRP-11: Adriana de Alencar e
219 Katiana Rocha; CRP 12: Marilene Wittitz e Gilceo Gonçalves; CRP 13: Andrea
220 Carvalho e Maria do Socorro Pizzetti; CRP-14: Renan da Cunha Soares Junior; CRP-
221 15: Silvia Teixeira de Lima; CRP-16: Sharla Proviatti Bitencourt; CRP-17: Fernando
222 Joaquim da Silva; CRP-18: Maria Aparecida Fernandes; CRP-19: Adriano Ferreira
223 Barros. O delegado Humberto Verona avisou que antes do início da discussão dos
224 pontos financeiros, alguns informes seriam dados. Ele pediu que os delegados que
225 quisessem dar algum informe solicitassem inscrição à Mesa. Dando início aos informes,
226 o conselheiro presidente do CFP disse que o Colégio de Psicólogos do Peru propôs ao
227 CFP que fosse realizado um encontro entre psicólogos brasileiros e peruanos para
228 estreitar as relações entre os psicólogos da América Latina. Ele informou que a proposta
229 foi levada ao Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia (FENPB) e, em função de
230 diversos compromissos assumidos pelas entidades, apenas a Associação Brasileira de
231 Psicoterapia (ABRAP) afirmou que poderia participar do encontro. O delegado
232 Humberto Verona ressaltou que o CFP considerou que a proposta do Colégio de
233 Psicólogos do Peru era importante e a autarquia participará, juntamente com a ABRAP,
234 do encontro que acontecerá em julho. O delegado explicou que será feito o Congresso
235 Nacional da Psicologia Peruana nos dias 21 a 23 de julho e nos dias 18 a 20 de julho
236 ocorrerá, em três cidades do interior do Peru e na capital Lima, o Encontro de
237 Psicólogos Brasileiros e Peruanos. O conselheiro presidente do CFP informou que há a
238 intenção de que o encontro aconteça regularmente e, para o encontro deste ano, estão
239 sendo levados temas de Direitos Humanos e temas que têm norteado a discussão da
240 Psicologia dentro do Sistema Conselhos. O delegado Humberto Verona esclareceu que
241 como as negociações com os psicólogos peruanos ocorreram em um espaço de tempo
242 muito curto, não foi possível fazer uma articulação com os Conselhos Regionais, mas os
243 CRPs poderiam participar das próximas iniciativas. O delegado informou que seria
244 entregue aos presentes um folheto com maiores informações sobre o encontro. Passando
245 para o próximo informe, o delegado do CFP disse que na Reunião de Presidentes foi
246 discutido o ponto "Ato Médico", onde foram informados sobre a criação de uma frente
247 dos conselhos da área da saúde para acompanhar o andamento do projeto. O delegado
248 Humberto Verona informou que a frente entendeu que deve manter uma mobilização no
249 sentido de propor uma alteração no projeto de lei do ato médico, retirando os itens que
250 vão contra o exercício das outras profissões, e foi sugerido na Reunião de Presidentes

[Handwritten notes on the left margin, including names like Humberto Verona]

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like Joari, Ériko, and others]

251 que a Deputada Federal Érika Kokay seja contactada, o que já foi feito pelo CRP-01,
252 para que ela juntamente e com outros parlamentares a frente possa entrar com uma
253 proposta alternativa para resolver a questão da regulamentação da Medicina no Brasil.
254 O conselheiro presidente do CFP ressaltou que o argumento utilizado pela Medicina é
255 que ela precisa ser regulamentada enquanto profissão, sendo que o Conselho Federal
256 concordou com a regulamentação desde que não prejudicasse o exercício das outras
257 profissões, especialmente no que diz respeito ao diagnóstico e à indicação terapêutica, e
258 respeitasse o Sistema Único de Saúde e o trabalho multiprofissional. Próximo informe:
259 dia da psicóloga e do psicólogo. A delegada Clara Goldman pediu que o cartaz do dia
260 da psicóloga e do psicólogo fosse projetado e disse que, como parte da campanha
261 "Psicologia: Profissão de Muitas e Diferentes Mulheres", foram recebidas imagens de
262 psicólogas de todo Brasil e que será entregue um prêmio no dia do psicólogo (a) . A
263 delegada esclareceu que o objetivo da campanha era dar visibilidade ao protagonismo
264 feminino dentro da profissão, uma vez que as mulheres representam oitenta e sete por
265 cento da categoria profissional, e estabelecer um diálogo com estas profissionais para
266 ampliar o conhecimento sobre a realidade delas. A delegada Clara Goldman informou
267 que deve ser lançado um conjunto de materiais que abordem a vida das mulheres
268 psicólogas, a participação delas na construção do cenário da Psicologia e as formas
269 como a Psicologia tem contribuído para a construção do protagonismo feminino. A
270 delegada deixou claro que o objetivo não é restringir a temática, mas sim colocar que,
271 no momento atual do país, em que o Brasil possui uma presidenta, as relações de poder
272 estão sendo repensadas, que o CFP tem participação no Conselho Nacional dos Direitos
273 da Mulher, deve ser feita a reflexão de como as mulheres brasileiras estão se
274 posicionando na sua luta por poder, por protagonismo, por melhores salários, por
275 divisão equitativa do trabalho doméstico e outras questões que afetam as mulheres
276 trabalhadoras e as mulheres psicólogas. Ela pediu que os CRPs destinassem um
277 momento das celebrações do dia vinte e sete de agosto para discutir a questão feminina.
278 A delegada informou ainda que o fundo do cartaz do dia da psicóloga e do psicólogo
279 são as fotos recebidas de todas as psicólogas por meio do site, sendo que as psicólogas
280 cujas fotos foram divulgadas no site ganharam uma camiseta que homenageia o dia oito
281 de março. Próximo informe: A delegada Júnia Lara informou que o CRP-04 estava
282 organizando um concurso de fotografia sobre o dia dezoito de maio visto por outros
283 ângulos, que foi o primeiro concurso de fotografias sobre a luta anti-manicomial. A
284 delegada Lourdes Machado disse que a iniciativa do CRP-04 teve como objetivo
285 estimular a participação dos usuários, dos familiares e da sociedade em geral em um
286 concurso aberto, no qual todas as pessoas pudessem fotografar as manifestações
287 ocorridas no dia dezoito de maio em vários pontos do estado de Minas Gerais e
288 encaminharem as fotos até as vinte e três horas do dia trinta de junho, sendo que as
289 quinze melhores fotografias serão premiadas com um troféu e a votação ocorrerá pelo
290 site. A delegada ressaltou que essa foi a forma encontrada de divulgar os trabalhos
291 feitos em vários pontos, para evitar que sejam destacadas somente as manifestações
292 realizadas em Belo Horizonte. **2. Pontos financeiros:** A delegada Monalisa Barros
293 iniciou a apresentação dos pontos financeiros pelo ponto **2.1. Apreciação da Prestação
294 de Contas do Conselho Federal de Psicologia do Exercício de 2010.** A delegada do
295 CFP Monalisa Barros informou que já passou uma cópia da prestação de contas para
296 todos os tesoureiros presentes na Reunião de Tesoureiros que ocorreu no dia vinte de
297 maio de dois mil e onze, para que eles pudessem analisá-la com mais cuidado. Ela
298 informou que a arrecadação no exercício de dois mil e dez importou em um montante de
299 quinze milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e
300 cinco centavos, representando o percentual de noventa e nove vírgula noventa e um por

Handwritten notes on the left margin, including names like "Monalisa Barros" and "Lourdes Machado".

Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like "Clara Goldman", "Júnia Lara", and "Lourdes Machado".

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "L3" and "L5".

301 cento do orçamento, excluído o superávit de exercícios anteriores. A delegada disse que a
302 despesa executada em dois mil e dez apresentou um montante de dezessete milhões,
303 seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e dois
304 centavos, que é um valor superior ao imposto porque houve um superávit, e informou
305 que as despesas com pessoal representaram um percentual de vinte e quatro vírgula zero
306 quatro por cento das receitas correntes e vinte e sete vírgula oitenta e nove por cento do
307 total das despesas correntes. A delegada Monalisa Barros afirmou que a receita, em
308 comparação com o exercício de dois mil e nove, apresentou um acréscimo de quinze
309 vírgula zero dois por cento e vinte e sete vírgula oitenta e nove por cento do total das
310 despesas correntes, enquanto as despesas tiveram um acréscimo de trinta e sete vírgula
311 setenta e dois por cento. Ela informou que o superávit patrimonial do CFP estava no
312 valor de dois milhões, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e
313 quatro centavos e apresentou um incremento no patrimônio líquido no patamar de doze
314 vírgula oitenta por cento. A delegada explicou que a diferença entre a receita e a
315 despesa ocorreu em função da compra da sede, que só foi possível porque, ao longo dos
316 três anos anteriores, foi feita uma reserva para a aquisição da nova sede e, quando é feita
317 a prestação de contas, a receita aparece menor do que a despesa, mas com o superávit
318 não houve nenhum problema no saneamento das contas do CFP. Ela informou que
319 houve uma mudança na empresa de auditoria em função da realização de uma nova
320 licitação e leu o resultado da auditoria realizada pela nova empresa, que foi: "... na
321 nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos
322 os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Federal de
323 Psicologia em trinta e um de dezembro de dois mil e dez, de acordo com as práticas
324 contábeis adotadas no Brasil." A conselheira tesoureira do CFP solicitou que fosse
325 posta em votação a aprovação das contas do CFP no exercício de 2010. O delegado
326 Humberto Verona abriu para questionamentos antes de dar início à votação. O delegado
327 Sérgio Braghini disse que não sabia qual era o procedimento para a aprovação de contas
328 dos CRPs, porque havia um tempo para que se avaliasse entre o plano estratégico e o
329 orçamento do plano de ação antes da ocorrência da auditoria. O delegado falou que o
330 CRP-08 já teve contas aprovadas em Plenários Federais em outubro, sendo que a
331 prestação fora entregue em janeiro, e questionou porque o CFP tem um prazo mais curto
332 para a aprovação da prestação de contas. Ele sugeriu que os CRPs tivessem mais tempo
333 para analisar as contas do CFP. A delegada Monalisa Barros explicou que o prazo do
334 CFP é mais curto porque o exercício se encerra no dia trinta e um de dezembro e após o
335 encerramento é preciso fechar as contas e realizar a auditoria até o mês de maio, que é
336 quando acontece a auditoria. Ela disse que há a possibilidade da APAF deliberar que as
337 contas do CFP só precisam ser aprovadas em dezembro, mas ressaltou que, dessa forma,
338 a aprovação só ocorreria perto do encerramento de outro exercício financeiro. O
339 delegado Sérgio Braghini falou que se a aprovação de contas ocorrer em dezembro,
340 alguns atos públicos que precisam de aprovação da APAF ficariam prejudicados. A
341 delegada Monalisa Barros concordou e disse que não é possível enviar as contas do CFP
342 até maio para os CRPs porque o prazo é muito curto. Ela falou também que há a
343 possibilidade da APAF mudar de data. O delegado Sérgio Braghini lembrou que o
344 relatório da empresa de auditoria só foi finalizado em maio e disse que não tem uma
345 solução para propor. A delegada Monalisa Barros ressaltou que os materiais com a
346 prestação de contas do CFP foram entregues na Reunião de Tesoureiros do dia anterior
347 para que pudessem minimamente ser analisados pelos tesoureiros antes da APAF. O
348 delegado Humberto Verona falou que, diante do que foi dito, uma sugestão seria os
349 CRPs fazerem uma análise da prestação de contas do CFP e, se houverem
350 questionamentos, eles poderão ser feitos na APAF de dezembro. O delegado Lindomar

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

351 Darós pediu que a prestação de contas seja enviada por e-mail para os CRPs e sugeriu
352 que a APAF ocorra em junho para que os Conselhos Regionais tenham tempo de
353 analisar as contas do CFP antes da Assembleia. O delegado Humberto Verona disse que
354 o melhor seria que o CFP encaminhasse a prestação de contas por e-mail e com mais
355 antecedência para os CRPs. A delegada Monalisa Barros falou que as contas podem ser
356 encaminhadas aos Conselhos Regionais em torno de três ou quatro dias antes da APAF.
357 O delegado Lindomar Darós reforçou a necessidade de se pensar em mudanças para o
358 calendário da APAF porque, como não há tempo hábil para a análise da prestação de
359 contas do CFP, os delegados votam com base na confiança no trabalho que foi feito. O
360 delegado Humberto Verona disse que devem ser pensados todos os argumentos que
361 justifiquem uma alteração no calendário da APAF, pois ele acredita que somente a
362 questão do orçamento não justifica a mudança. Ele pediu que a sugestão seja pautada
363 para a próxima APAF. A delegada Monalisa Barros disse que o CFP pode se
364 comprometer a enviar a prestação de contas para os CRPs uma semana antes da APAF e
365 falou que está a disposição para sanar as dúvidas que surgirem em relação às contas do
366 CFP. A delegada Carla Angelucci informou que em São Paulo foi adotado o
367 procedimento de discutir as contas do CRP em uma Assembleia e aprová-las em outra.
368 Ela sugeriu que na APAF de dezembro seja feita um discussão com apontamentos de
369 encaminhamentos e na APAF de maio seja feita a aprovação das contas. A delegada
370 Monalisa Barros informou que há três meses está sendo trabalhada a criação do portal
371 da transparência e quando ele estiver pronto será possível acompanhar a movimentação
372 financeira do CFP durante o ano inteiro. Ela acredita que o envio da prestação de contas
373 e o acompanhamento da movimentação financeira ao longo do ano podem minimizar o
374 problema do pouco tempo para a análise das contas do CFP, sendo que, dessa forma,
375 elas poderão ser aprovadas em maio. O delegado Humberto Verona colocou a prestação
376 de contas do exercício de dois mil e dez do CFP em votação. Ela foi aprovada por trinta
377 e seis votos favoráveis, sendo que os delegados Humberto Verona, Monalisa Barros e
378 Clara Goldman se abstiveram. **2.2. Prestação de Contas da Conta Divulgação.** A
379 delegada Monalisa Barros disse que a Conta Divulgação existe desde o ano de dois mil
380 e oito e é dividida em duas: Conta Divulgação 1, que financia ações unificadas voltadas
381 à divulgação do conhecimento da Psicologia, e Conta Divulgação 2, que é composta
382 pelo superávit da Conta Divulgação 1 e financia ações políticas conjuntas do Sistema
383 Conselhos que são aprovadas pela APAF. Ela disse que em trinta e um de dezembro de
384 dois mil e nove havia um saldo bancário de oito milhões, seiscentos e quarenta e três
385 mil, setecentos e treze reais e dezoito centavos. A delegada disse ainda que as receitas
386 em dois mil e dez foram divididas em receitas da Conta Revista em regime de poupança
387 CDB, no total de três milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e quatorze reais e
388 setenta e três centavos, e a amortização dos empréstimos regionais, no total de duzentos
389 e vinte e um mil, trezentos e cinco reais e sete centavos. A delegada Monalisa Barros
390 informou que as despesas da Conta Divulgação 1 em dois mil e dez foram de dois
391 milhões, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e trinta reais e quarenta e três
392 centavos e acrescentou que as despesas estavam detalhadas em um quadro entregue aos
393 delegados. Ela lembrou que foi recomendado ao CFP detalhar melhor esse quadro na
394 próxima prestação de contas. A conselheira tesoureira do CFP disse que as despesas
395 com a Conta Divulgação 2 resultaram em um total de dois milhões, cento e setenta e
396 sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos e informou que elas
397 estavam detalhadas em um quadro entregue aos delegados. Ela disse que o resultado da
398 Conta, entre receitas e despesas e considerando os restos a pagar em dois mil e nove que
399 foram pagos em dois mil e dez, foi de cento e noventa e sete mil, quatrocentos e quatro
400 reais e quarenta e um centavos, juntamente com as despesas de divulgação de dois mil e

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

451 delegada Monalisa Barros falou que se a correção não for aplicada como ocorre em
452 todos os anos, o Sistema Conselhos estará concordando com a posição da CNTSS/CUT
453 de que os salários podem aumentar, mas as anuidades não devem ser alteradas porque
454 os conselhos possuem uma reserva financeira. A delegada Monalisa Barros disse que
455 será um risco congelar as anuidades neste momento porque essa ação pode indicar que o
456 Sistema Conselhos está reafirmando os argumentos que a CNTSS/CUT tem utilizado
457 para tentar dar fim ao PL 6463, que regulamenta as anuidades. A delegada Maria
458 Conceição Costa perguntou se a recomendação seria defender a alteração das anuidades
459 e a delegada Monalisa Barros explicou que foi consenso na Reunião de Tesoureiros a
460 manutenção da correção da forma que tem sido feita e a defesa do PL 6463. O delegado
461 Lindomar Darós disse que no Rio de Janeiro foi adotado o posicionamento político de
462 sempre manter a anuidade o mais próximo possível da banda mínima, mas ressaltou que
463 se as anuidades não forem corrigidas com base no IPCA, ficará difícil dar conta das
464 despesas fixas e das ações políticas. O delegado Humberto Verona deu início à votação
465 e o ponto foi aprovado por trinta e sete votos favoráveis e dois votos contrários dos
466 delegados Wadson Gama e Ériko de Lima. **2.4. Baixa de Bens Móveis.** A delegada
467 Monalisa Barros informou que foi estabelecida uma Comissão de Patrimônio no CFP
468 para realizar, anualmente, uma análise em cada setor dos bens materiais que devem ser
469 trocados. Ela disse que, após essa análise, é feita uma relação dos bens que não servem
470 mais ao CFP, mas que ainda podem ser utilizados por outras instituições. A delegada
471 informou que os CRPs podem solicitar materiais que estão na lista e que lhes serão
472 úteis, sendo responsabilidade do Conselho Regional o transporte dos bens. Ela disse que
473 se os CRPs não se manifestam em trinta dias, os bens são doados a instituições públicas
474 ou sem fins lucrativos. A delegada Monalisa Barros falou que é necessária a aprovação
475 da APAF para a baixa dos bens patrimoniais do CFP. A delegada Vera Pasini ressaltou
476 que o item número quinhentos e doze da lista é uma linha comercial, disse que não sabia
477 que linhas telefônicas eram bens móveis e perguntou o porquê de se doar uma linha
478 telefônica. A delegada Monalisa Barros explicou que é necessário dar baixa neste item
479 porque ele consta na relação de patrimônios do CFP. A delegada Vera Pasini ressaltou
480 que na lista constam os bens que serão doados ao projeto do Crepop e disse que gostaria
481 de conhecer os termos do contrato que foi firmado com a Fundação Norte Rio-
482 Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC). A delegada Monalisa Barros explicou que
483 no contrato que foi firmado, a FUNPEC havia colocado um valor de equipamentos,
484 sendo que o CFP solicitou que este valor fosse retirado e se comprometeu a ceder os
485 materiais para uso da fundação. Ela disse que serão emprestados para a FUNPEC um
486 computador e dois notebooks, sendo que um deles ainda não foi comprado, e falou que
487 no momento da discussão do ponto "Crepop - Seminário de Metodologia de Pesquisa do
488 Crepop" serão expostos os termos do contrato. A delegada Vera Pasini perguntou se os
489 equipamentos serão doados ou emprestados à FUNPEC e a delegada Monalisa Barros
490 explicou que eles serão doados até porque após quatro anos de uso os materiais já
491 estarão ultrapassados. A delegada Sharla Bitencourt perguntou sobre o item "Unidade
492 de Backup DLT 40e Surestone" se não serve mais, porque possui um valor de mercado
493 de oito mil, trezentos e quarenta reais e a delegada Monalisa Barros explicou que esse é
494 o valor que está registrado no patrimônio do CFP quando o bem foi adquirido, sendo
495 que ele não tem mais este valor, mas é preciso dar baixa porque o CFP não possui mais
496 este valor contábil. O delegado Humberto Verona deu início à votação do ponto, que foi
497 aprovado por trinta e oito votos favoráveis e uma abstenção da delegada Vera Pasini. **3.**
498 **Criação de GT para Padronizar Regras de Isenções e Anuidades.** Por estarem
499 relacionados aos pontos financeiros, a delegada Monalisa Barros sugeriu a antecipação
500 dos pontos "Criação de GT para Padronizar Regras de Isenções e Anuidades" e

501 “Criação de Fundo para Devolução das Anuidades Decorrentes de Ações Judiciais”. A
502 delegada Monalisa Barros disse que o CFP tem recebido demandas relativas a cobranças
503 de anuidades e que é necessária uma proposta que traga resoluções para diversas
504 questões que os CRPs têm dúvidas sobre como resolver. Ela disse que na Reunião de
505 Tesoureiros surgiu a idéia de solicitar à APAF a criação de um GT para fazer um
506 levantamento em todos os CRPs das questões que têm provocado dúvidas. A delegada
507 informou que na APAF de dezembro o GT irá apresentar uma proposta de resolução que
508 dê conta de todos os problemas que existem atualmente no Sistema Conselho
509 relacionados às anuidades. O delegado Humberto Verona perguntou se haviam dúvidas
510 e, como ninguém se manifestou, colocou a criação do GT em votação. O ponto foi
511 aprovado por trinta e oito votos favoráveis e um voto contrário do delegado Joari de
512 Carvalho. O GT foi formado por: CFP, CRP-05, CRP-06, CRP-09, CRP-11 e CRP-14.
513 A delegada Cilene Sobreira sugeriu que as informações obtidas pelo GT sejam
514 divulgadas no e-group de tesoureiros. Às doze horas e cinquenta e sete minutos ocorreu
515 o intervalo para o almoço, retornando às quatorze horas e quarenta e seis minutos. **4.**
516 **Planejamento Estratégico do Sistema Conselhos. 4.1. Álcool e Outras Drogas.** O
517 delegado Humberto Verona iniciou a conferência das delegações para a discussão do
518 ponto: CFP: Humberto Verona, Monalisa Barros e Clara Goldman; CRP-01: Niva
519 Hanazumi e Neffretier Clasta; CRP-02: Maria Conceição Costa e Glaudston de Lima;
520 CRP-03: Valter Filho e Carlita Bastos; CRP-04: Amaury da Silva, Ricardo Moretzsohn
521 e Lourdes Machado; CRP-05: Lygia Ayres, Lindomar Darós e Lia Yamada; CRP-06:
522 Lilihan da Silva, Carla Biancha Angelucci e Joari de Carvalho; CRP-07: Vania de
523 Mello, Loiva Leite e Janaína Zanchin; CRP-08: João Baptista de Oliveira, Fernanda
524 Rosseto e Suzana Borges; CRP-09: Wadson Gama e Ériko de Lima; CRP-10: Cilene
525 Sobreira; CRP-11: Adriana de Alencar e Katiana Moura; CRP-12: Marilene Wittitz e
526 Maria Carolina da Silveira; CRP-13: Maria do Socorro Pizzetti e Tarcisia Cavalcanti;
527 CRP-14: Carlos Afonso; CRP-15: Benedito Cedrim; CRP-16: Janaína Pereira; CRP-17:
528 Nilza Molina; CRP-18: Luiz Guilherme Gomes; CRP-19: Edelvaise Ferreira. O
529 delegado Humberto Verona disse que o tema de Álcool e Outras Drogas é recorrente,
530 que no VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP) foram tiradas diversas teses sobre
531 o tema, a IV Conferência de Saúde Mental, que ocorreu em dois mil e dez, também
532 abordou esta questão e há no país uma Política Nacional de Crack, Álcool e Outras
533 Drogas. O delegado ressaltou que esta política nacional precisa ser conhecida e debatida
534 pelo Sistema Conselhos e lembrou que o Sistema já tem uma história de organização da
535 discussão do tema em outras APAFs. O delegado Humberto Verona disse que na APAF
536 de dezembro de dois mil e nove, o GT composto por: CRP-02, CRP-03, CRP-06, CRP-
537 07, CRP-14 e CFP, apresentou algumas propostas na APAF de maio de dois mil e dez e
538 foram aprovados seguintes os encaminhamentos: discutir a Política Nacional sobre
539 Álcool e Outras Drogas e o aumento dos leitos de internação para tratamento como um
540 problema, realizar uma campanha publicitária colocando a posição do Sistema
541 Conselhos e elaborar documentos de referência sobre o tema para uma discussão do
542 Sistema. O delegado Humberto Verona lembrou que na APAF de dezembro de dois mil
543 e dez foi entendido que era preciso buscar uma melhor estratégia para tratar do tema e,
544 por conta disso, foi aprovado um planejamento estratégico sobre álcool e outras drogas,
545 para que se pudesse definir ações mais precisas e prazos para que o Sistema Conselhos
546 pudesse efetivamente cuidar desta política. No planejamento estratégico, os
547 representantes dos CRPs, do CFP e os convidados pactuaram uma agenda mínima para
548 todo o Sistema Conselhos, sendo que há a possibilidade de que outras ações sejam
549 realizadas, além das que constam na agenda. O delegado Humberto Verona informou
550 que na agenda mínima foram levantados sete pontos: construir e publicizar referências

551 técnicas da Psicologia para atuação com o tema de Álcool e Outras Drogas, fomentar a
552 discussão da Política Nacional de Álcool e Outras Drogas na formação do psicólogo,
553 problematizar a política de gestão do trabalho e saúde do trabalhador visando a não-
554 precarização do cuidado, fomentar a articulação da rede intra e intersetorial e
555 fortalecimento das políticas públicas sobre álcool e outras drogas, posicionar-se a favor
556 da política nacional de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas e contra o
557 financiamento público das Comunidades Terapêuticas e contra a lógica de privatização
558 dos serviços públicos, problematizar e ampliar o debate sobre a descriminalização e
559 regulamentação do uso de drogas e a judicialização do cuidado e problematizar o papel
560 da mídia na formação cultural da sociedade sobre o uso e comercialização de álcool e
561 outras drogas. O delegado explicou que esses sete pontos se desdobraram em alguns
562 detalhes, sendo que o primeiro deles, construir e publicizar referências técnicas da
563 Psicologia para atuação com o tema de Álcool e Outras Drogas, teve como
564 encaminhamento lançar o documento base (inicial) do Sistema Conselhos de Psicologia
565 para promover as discussões sobre o tema de álcool e outras drogas. O delegado
566 Humberto Verona disse que foi definido no planejamento estratégico que este
567 documento seria em formato de cartilha, com insumos da produção do Crepop e
568 referências acadêmicas e políticas, com diretrizes e posicionamento do Sistema
569 Conselhos sobre os temas da agenda de álcool e outras drogas, que um GT constituído
570 na APAF de maio será responsável pela produção do documento e que os
571 aprimoramentos do documento deverão ocorrer em dois mil e doze a partir dos debates
572 nos CRPs. Ele disse que no planejamento estratégico ficou definido também que o GT
573 responsável pelo tema deverá elaborar um calendário de discussões nos CRPs e que na
574 APAF de dezembro deverá ser discutida a possibilidade de dois mil e doze ser o ano
575 temático de álcool e outras drogas. O encaminhamento do segundo ponto do
576 Planejamento, fomentar a discussão da Política Nacional de Álcool e Outras Drogas na
577 formação do psicólogo, foi aprovar na APAF de dezembro de dois mil e onze um
578 calendário nacional de atividades capazes de problematizar e ampliar o debate sobre a
579 participação da psicologia no tema de álcool e outras drogas. O delegado informou que
580 as sugestões para dois mil e doze em relação ao ponto foram: realização de seminário
581 ampliado sobre álcool e drogas (regional e nacional), realização de Fórum Nacional
582 para profissionais que atuam na temática de álcool e outras drogas nos vários setores
583 (saúde, assistência social, judiciário, Comunidades Terapêuticas etc.), realização de
584 Fóruns Regionais para profissionais que atuam na temática de álcool e outras drogas nos
585 vários setores (saúde, assistência social, judiciário, Comunidades Terapêuticas etc.) e
586 montagem de vídeo institucional. Em relação ao terceiro ponto, problematizar a política
587 de gestão do trabalho e saúde do trabalhador visando a não-precarização do cuidado, o
588 delegado Humberto Verona disse que identificar os tipos de serviço/programas/políticas
589 nos quais os psicólogos atuam no tema de álcool e outras drogas foi o encaminhamento
590 tirado, sendo que ele deve ocorrer até dezembro e teve os seguintes desdobramentos:
591 consultar psicólogos que trabalham na polícia com a política de repressão, no judiciário
592 com a judicialização, na prevenção, no tratamento, na acolhida, na proteção, no controle
593 social; execução do levantamento: o CFP alinhará o método do mapeamento, cada CRP
594 e o CFP realizarão o mapeamento em sua área de atuação, o CFP consolidará o
595 mapeamento; possíveis parceiros e insumos: Pesquisas CREPOP (insumo), Conselhos
596 estaduais sobre drogas, Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), Centro Brasileiro de
597 Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID). O delegado informou que o quarto
598 ponto, fomentar a articulação da rede intra e intersetorial e fortalecimento das políticas
599 públicas sobre álcool e outras drogas, gerou o encaminhamento "veicular campanha
600 publicitária nacional, buscando a inclusão do usuário de substâncias psicoativas", que se

Handwritten notes on the left margin:
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600

Handwritten signatures and initials on the right margin:
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600

601 desdobrou nas ações: CFP elaborará proposta inicial de briefing e enviará para os CRPs,
602 os CRPs enviam contribuições sobre o briefing para o CFP; consolidação do briefing
603 pelo CFP, validação do briefing da campanha na APAF de maio, execução: GT
604 constituído na APAF de maio, em dois mil e onze: veicular apenas em algumas mídias,
605 em dois mil e doze: ampliar a veiculação da campanha em outras mídias. Ele disse que
606 o quinto ponto, posicionar-se a favor da política nacional de atenção integral aos
607 usuários de álcool e outras drogas e contra o financiamento público das Comunidades
608 Terapêuticas e contra a lógica de privatização dos serviços públicos, teve como
609 encaminhamento "Pautar o tema no Fórum dos Conselhos de Classe (Nacional e
610 Estadual)", sendo que tanto o CFP quanto os CRPs serão responsáveis pelo
611 encaminhamento. O delegado informou que o sexto ponto, problematizar e ampliar o
612 debate sobre a descriminalização e regulamentação do uso de drogas e judicialização do
613 cuidado, teve como encaminhamento "estabelecer diálogo institucional ativo junto aos
614 poderes executivo, legislativo e judiciário, resguardadas as realidades políticas locais",
615 sendo que tanto o CFP quanto os CRPs serão responsáveis pelo encaminhamento e por
616 problematizar a judicialização do cuidado junto ao Poder Judiciário. O delegado
617 Humberto Verona disse que participaram do planejamento representantes de todos os
618 CRPs e do CFP, além de três convidados. Ele falou que o convidado Dênis Petuco teve
619 uma fala denominada "entre imagens e palavras: a produção de estranhos e a vida
620 indigna a ser vivida", na qual o convidado mostrou imagens de campanhas publicitárias
621 atuais que mostram o usuário de drogas como um monstro e indicam que o destino
622 destas pessoas é a morte ou a prisão. O delegado disse que a conclusão de Dênis Petuco
623 é que estas campanhas publicitárias aumentam o estigma e o preconceito em relação ao
624 usuário de drogas, fazendo com que alguns usuários não busquem tratamento e omitam
625 sua condição de dependentes químicos. O conselheiro presidente do CFP relatou que a
626 convidada Mariana Assis Brasil, que é advogada, trouxe em sua fala um
627 questionamento sobre o que tem produzido a criminalização do uso de algumas drogas
628 no Brasil e os efeitos sociais da proibição do uso de algumas drogas e a permissão do
629 uso de outras drogas. O delegado Humberto Verona disse que a convidada ressaltou que
630 como a lei social não pode ser aplicada a todas as drogas, pois as drogas ilegais não são
631 tributadas, a forma de cobrança utilizada é a violência, criando assim um sistema
632 paralelo de poder. O delegado informou que Mariana Brasil citou o exemplo de
633 Portugal, onde todas as drogas foram legalizadas dentro de um sistema de
634 acompanhamento de usuários e o consumo não aumentou. Ele disse que a convidada
635 colombiana Lina Pareja, que trouxe sua experiência de trabalho com as comunidades de
636 Medellín e mostrou como a Psicologia pode ajudar na formação de grupos de proteção a
637 crianças e adolescentes. O delegado Lindomar Darós disse que, em relação ao
638 encaminhamento de levantar onde os psicólogos estão trabalhando na área, já foi feita
639 uma pesquisa do Crepop que resultou em mapeamento e referências sobre álcool e
640 outras drogas. A delegada Monalisa Barros questionou a solicitação de ano temático
641 para dois mil e doze, uma vez que neste ano serão celebrados os cinquenta anos da
642 Psicologia. Ela sugeriu que a campanha sobre álcool e outras drogas, que será realizada
643 para fora do Sistema Conselhos, seja feita em dois mil e doze porque haverá uma
644 campanha similar para a comemoração dos cinquenta anos da Psicologia. O delegado
645 Humberto Verona disse que há mais espaços de atuação de psicólogos na área de álcool
646 e outras drogas do que foi mostrado na pesquisa realizada pelo Crepop. Ele ressaltou
647 que a pesquisa do Crepop pode ser usada como base, mas é preciso complementá-la. A
648 delegada Janaína Zanchin disse que a pesquisa do Crepop foi focada em serviços
649 especializados e ficou entendido no planejamento estratégico álcool e outras drogas que
650 o usuário precisa ser atendido transversalmente. Ela disse ainda que no planejamento

[Handwritten notes in the left margin, including names like 'Mariana Assis Brasil', 'Lina Pareja', 'Dênis Petuco', 'Humberto Verona', 'Lindomar Darós', 'Monalisa Barros', 'Janaína Zanchin']

[Handwritten signatures and initials in the right margin, including 'Dênis Petuco', 'Mariana Assis Brasil', 'Lina Pareja', 'Humberto Verona', 'Lindomar Darós', 'Monalisa Barros', 'Janaína Zanchin']

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'Lindomar Darós', 'Mariana Assis Brasil', 'Lina Pareja', 'Dênis Petuco', 'Humberto Verona', 'Monalisa Barros', 'Janaína Zanchin']

651 estratégico foi discutido que o mapeamento dos locais de atuação de psicólogos que
652 trabalham nesta área não deve ser exaustivo porque abarcaria todos os lugares onde há
653 psicólogos trabalhando. A delegada Carla Biancha Angelucci disse que o tema de álcool
654 e outras drogas foi bastante discutido no CRP de São Paulo e destacou o trabalho do GT
655 no sentido de apresentar formas substitutivas de atendimento ao usuário de álcool e
656 outras drogas. Ela afirmou que ainda há muitos estereótipos em relação ao tema e o
657 briefing que contém o conteúdo a ser divulgado para a população descaracteriza a
658 relação entre criminalidade e pobreza e o uso de álcool e outras drogas. A delegada
659 falou que o GT quer mostrar o que a Psicologia pode oferecer em relação a formas
660 substitutivas de atendimento, até para abandonar a posição somente de defesa aos
661 discursos de internação pela via da doença ou da criminalização. A delegada Carla
662 Biancha Angelucci sugeriu que em dois mil e doze seja apresentado o modo de fazer da
663 Psicologia em relação à temática de álcool e outras drogas e que ele seja incluído nos
664 cinquenta anos da Psicologia. Ela ressaltou que é preciso ficar atento à questão de
665 gênero nos discursos feitos no Sistema Conselhos e ressaltou também o cuidado que se
666 deve ter ao se usar expressões como "futuro negro", que mostram o negro com uma
667 conotação negativa. Ela defendeu que a Psicologia deve lutar contra a estigmatização e
668 que dentro da categoria de psicólogos seja discutida a descriminalização e a liberação
669 do uso de drogas. O delegado Lindomar Darós disse que o Sistema Conselhos pode
670 fazer uso de mídias alternativas, pois elas alcançam muitas pessoas e os gastos serão
671 menores. O delegado Ricardo Moretzsohn sugeriu que fossem utilizadas rádios e
672 televisões comunitárias, televisões universitárias e televisões educativas para veicular
673 campanhas. A delegada Janaína Zanchin disse que o mapeamento irá demandar muito
674 dos CRPs, uma vez que ele já foi feito pelo Crepop, e disse também que a posição do
675 CRP do Rio Grande do Sul é que o mapeamento do Crepop seja publicizado por meio
676 de uma cartilha. A delegada Lilihan da Silva disse que mapeamento não é pesquisa e o
677 CRP de São Paulo é favorável à realização de um mapeamento porque ele pode dar um
678 panorama de onde os profissionais que lidam com o tema de álcool e outras drogas
679 estão atuando e pode mostrar com quem será preciso dialogar. Ela falou também que o
680 CRP de São Paulo fez um manifesto contra o apoio financeiro do Sistema Único de
681 Saúde (SUS) às comunidades terapêuticas e mostrou o manifesto aos conselheiros
682 presentes. A delegada disse que foram feitas fiscalizações às comunidades terapêuticas
683 de São Paulo e foram apuradas doze queixas em vinte instituições, sendo que algumas
684 delas privavam o acesso a saúde, educação e convívio familiar e praticavam maus-
685 tratos, negligência, tortura e medicação sem prescrição médica. O delegado Carlos
686 Afonso Medeiros disse que a questão das comunidades terapêuticas foi discutida no
687 CRP de Mato Grosso do Sul e disse também que neste estado a maior parte das
688 comunidades terapêuticas tem o mesmo perfil que em São Paulo, mas há aquelas que
689 fazem um bom trabalho. O delegado Carlos Afonso Medeiros mencionou que haverá
690 uma audiência pública em Mato Grosso do Sul para questionar porque as verbas
691 públicas não estão sendo passadas para as comunidades terapêuticas porque os
692 defensores das comunidades têm muita força política. Ele disse que o CRP do Mato
693 Grosso do Sul participa do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas e o presidente
694 deste conselho é um bispo evangélico e promotor público que tem um posicionamento
695 diferente do Sistema Conselhos de Psicologia em relação às comunidades terapêuticas.
696 O delegado Humberto Verona disse que a discussão no Sistema Conselhos de
697 Psicologia deve estar de acordo com as discussões feitas pela sociedade e por outros
698 atores sociais que têm uma perspectiva de debate com foco na pessoa que usa a droga,
699 que é um cidadão que têm direitos, e não com foco na droga. Ele falou que o Sistema
700 Conselhos de Psicologia deve se posicionar contra a internação manicomial e questionar

[Handwritten notes on the left margin]

[Handwritten notes on the right margin]

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

701 qual posicionamento o usuário de drogas, que é um sujeito de direitos, tem diante da sua
702 condição. Ele disse que esse assunto deve ser discutido e o Sistema Conselhos de
703 Psicologia deve alinhar a forma que irá dialogar com a sociedade. A delegada Fernanda
704 Rossetto disse que, em relação ao mapeamento, no planejamento estratégico álcool e
705 outras drogas foi pensado em contactar alguns parceiros que possuem levantamentos e
706 poderiam ajudar no mapeamento de programas e serviços existentes, proporcionando
707 assim uma economia de recursos financeiros. Ela disse também que o Sistema
708 Conselhos de Psicologia deve contribuir para mudar a visão estigmatizadora do usuário
709 de drogas. O delegado Ériko de Lima mencionou um decreto que foi publicado em
710 setembro de dois mil e dez sobre os comitês interinstitucionais e disse que o CRP da
711 décima nona região (CRP-19) participa de um destes comitês, sendo que haverá um
712 seminário para discutir, entre outros assuntos, a questão das comunidades terapêuticas,
713 que contará com a participação de diversos profissionais ligados a elas. O delegado
714 questionou se a Psicologia não pode apoiar as comunidades terapêuticas que trabalham
715 pelo usuário e questionou também se a Psicologia deve ou não apoiar os movimentos
716 que lutam pela legalização da maconha. A delegada Lilihan da Silva disse que as
717 comunidades terapêuticas são uma retomada dos manicômios e seguem ideologias. A
718 delegada lembrou que há uma frente parlamentar das comunidades terapêuticas com
719 cento e oitenta e nove deputados e vinte e três senadores, que é maior do que a frente
720 parlamentar que defende o SUS. A delegada Lilihan da Silva sugeriu que o Sistema
721 Conselhos de Psicologia apoiasse esta frente parlamentar. A delegada pediu que fossem
722 revistos os marcos legais contrários à internação compulsória e disse que é contrária às
723 comunidades terapêuticas porque, de acordo com a delegada, elas não são espaços
724 públicos de saúde e defendê-las significaria ser contrário a políticas públicas, que são
725 um direito dos usuários. O delegado Lindomar Darós concordou com a delegada Lilihan
726 da Silva e disse que a atual gestão do CRP do Rio de Janeiro quer ter o nome vinculado
727 à marcha da maconha e a outros movimentos que defendam a diversidade e lutem pela
728 possibilidade das pessoas poderem fazer escolhas sobre o seu próprio corpo, sem terem
729 que se submeter à tutela do Estado. O delegado falou que gostaria de ouvir as pessoas
730 que não desejam que o Sistema Conselhos de Psicologia esteja associado aos
731 movimentos em defesa da diversidade porque acredita que a posição do Sistema deva
732 ser decidida pela maioria. O delegado Glaudston de Lima disse que o processo de
733 mapeamento pode ajudar a ampliar e não a construir e ressaltou que a partir do
734 momento em que uma política começa a ser instalada, os movimentos sociais começam
735 a problematizar estas políticas e, os profissionais que estão inseridos nestes movimentos
736 passam a possuir outras referências. Ele disse que alguns profissionais já estão
737 problematizando a questão de álcool e outras drogas e é necessário construir referências
738 sobre o tema. O delegado defendeu que a ampliação não é excludente ao que o Creas-
739 Pop já fez e deve-se construir documentos mais amplos, levando em consideração
740 outras redes que vão se incluindo neste espaço. O delegado disse que se o Sistema
741 Conselhos de Psicologia entender que deve fazer um controle social das políticas, das
742 comunidades terapêuticas e das redes construída pela sociedade civil, que devem ser
743 discutidas neste âmbito e ter a participação de usuários e usuárias de álcool e outras
744 drogas. O delegado afirmou que a lógica da privatização sempre terá por objetivo a
745 manutenção do sujeito no serviço porque isso gera o recurso destinado a ele. A delegada
746 Janaína Zanchin defendeu que para o usuário de drogas ser tratado como um cidadão,
747 ele precisa ter acesso a todos os serviços e mapear onde ele será atendido significa
748 mapear todos os serviços, o que seria muito complicado. Ela disse que a proposta dos
749 fóruns é para contemplar toda a rede e transversalizar a discussão e defendeu que o tema
750 de álcool e outras drogas seja abordado em todas as ações do Sistema Conselhos de

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

751 Psicologia. Ela disse que a mídia tem um poder grande de construir políticas e ressaltou
752 a importância da campanha publicitária. Em relação às comunidades terapêuticas, a
753 delegada parabenizou o CRP de São Paulo pela manifestação e afirmou que as falhas
754 nas políticas públicas não devem ser supridas com iniciativas privadas e religiosas
755 porque, de acordo com ela, o Estado é laico e as iniciativas privadas são
756 manicomialistas. A delegada Janaína Zanchin disse que o Sistema Conselhos de
757 Psicologia deve adotar uma posição firme de oposição ao financiamento público de
758 comunidades terapêuticas porque existem alternativas a elas e o governo deve ser
759 pressionado para colocá-las em prática. Ela disse ainda que o CRP do Rio Grande do
760 Sul defende a elaboração de um documento base, mas acredita que o prazo para a
761 realização da tarefa deve ser estendido. O delegado Benedito Cedrim disse que se sentiu
762 contemplado pelo manifesto elaborado pelo CRP de São Paulo e pediu permissão para
763 divulgá-lo, ao que os delegados do CRP da Sexta Região concordaram. Ele falou que a
764 presidenta do Conselho Estadual de Entorpecentes é a vice-presidenta do CRP de
765 Alagoas e a presidenta do Conselho Municipal de Entorpecentes é a secretária do
766 mesmo CRP e ressaltou que as verbas destinadas às políticas relacionadas ao uso de
767 drogas não estão sendo passadas aos conselhos, mas estão sendo distribuídas
768 diretamente às comunidades terapêuticas. O delegado informou que, em breve, o CRP
769 de Alagoas entrará com uma representação junto ao Ministério Público Estadual e
770 Federal para que as verbas sejam discutidas e aprovadas nos plenários dos conselhos de
771 entorpecentes. O delegado Humberto Verona disse que a Mesa Diretora estava
772 organizando todas as propostas para apresentá-las de forma organizada. Ele ressaltou
773 que a questão do mapeamento foi bastante discutida e disse que a Mesa Diretora
774 entendeu que houve um posicionamento majoritariamente favorável de que ele seja
775 mantido no planejamento, respeitando a pesquisa do Crepop e podendo buscar outras
776 referências. O delegado Humberto Verona perguntou se o delegado Lindomar Darós
777 concordava com a realização do mapeamento e ele disse que o mapeamento deve ser
778 feito de uma maneira objetiva e operacional. O delegado Humberto Verona falou que a
779 Mesa Diretora entendeu que a proposta do mapeamento deve ser mantida e ressaltou
780 que as comunidades terapêuticas foram as questões mais polêmicas, tornando necessária
781 a tomada de uma decisão para se definir os encaminhamentos. O delegado disse ainda
782 que foi entendido que o ano de dois mil e doze não terá como tema álcool e outras
783 drogas, mas que ele será incluído como um tema permanente e será incluído nas
784 discussões transversais do Sistema Conselhos de Psicologia. A delegada Lia Yamada
785 reforçou que a discussão do apoio ou não à marcha da maconha está relacionada à
786 questão da legalização do uso desta substância, que é um debate presente na sociedade.
787 Humberto Verona falou que há um posicionamento na sociedade que defende e sustenta
788 a criminalização e há outro posicionamento que rejeita a criminalização e defende a
789 regulamentação do uso. O delegado ressaltou que é preciso decidir de que forma o
790 Sistema Conselhos de Psicologia irá se posicionar neste debate. Ele disse que em
791 relação ao uso de mídias foi entendido que devem ser utilizadas mídias alternativas e o
792 delegado Lindomar Darós sugeriu que fosse utilizado o termo "mídias insurgentes". O
793 delegado Humberto Verona falou que foi colocada pelo CRP do Rio Grande do Sul a
794 questão da mudança do prazo para a formulação da cartilha e que o delegado Glaudston
795 de Lima propôs que o verbo "construir" no primeiro item da agenda mínima organizada
796 no planejamento estratégico, "construir e publicizar referências técnicas da Psicologia
797 para atuação com o tema de Álcool e Outras Drogas", fosse substituído por "ampliar".
798 O delegado informou que a Mesa entendeu que o único item que demanda votação é a
799 proposta de inclusão de um posicionamento favorável em relação à descriminalização e
800 legalização da maconha no sexto item da agenda mínima: "problematizar e ampliar o

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

801 debate sobre a descriminalização e regulamentação do uso de drogas e a judicialização
802 do cuidado". O delegado Humberto Verona disse que também é necessário tirar um
803 posicionamento em relação à questão das comunidades terapêuticas, sendo que o grupo
804 que participou do planejamento estratégico sugeriu um posicionamento contrário ao
805 financiamento público destas comunidades. O delegado Humberto Verona ressaltou que
806 os delegados devem decidir se o Sistema Conselhos de Psicologia irá se posicionar
807 contra o financiamento público das comunidades terapêuticas ou contra as próprias
808 comunidades. O delegado perguntou se os outros pontos que constam no planejamento
809 estratégico e o formato das propostas resultantes do planejamento estavam
810 consensuadas e ressaltou que não se opõe à alteração do prazo de elaboração do
811 documento para setembro ou outubro, conforme proposto pelo CRP do Rio Grande do
812 Sul. O delegado Humberto Verona perguntou se há necessidade de se debater mais
813 algum ponto e a resposta foi negativa. O delegado então questionou se há a necessidade
814 de se debater novamente a questão das comunidades terapêuticas e do apoio à
815 descriminalização e legalização do uso da maconha. O delegado Lindomar Darós
816 questionou se naquele momento já seria definida uma posição de afirmação à
817 descriminalização e legalização da maconha ou se o debate continuará e o
818 posicionamento será definido posteriormente e o delegado Humberto Verona disse que
819 há a proposta de se definir o posicionamento. A delegada Janaína Zanchin falou que o
820 GT pode fazer essa discussão e elaborar um documento para permitir a discussão da
821 questão porque, de acordo com ela, mesmo que os delegados tenham um
822 posicionamento, o tema foi pouco discutido em alguns CRPs. O delegado Lindomar
823 Darós perguntou se a sugestão da delegada Janaína Zanchin era de que o Sistema
824 Conselhos de Psicologia só se posicionasse em dezembro. O delegado Humberto
825 Verona disse que entendeu que a sugestão da delegada seria manter a proposição do
826 planejamento estratégico de problematizar e ampliar o debate e a delegada Janaína
827 Zanchin confirmou a informação. O delegado Humberto Verona disse que haviam três
828 pessoas inscritas para ajudar a Mesa Diretora a organizar o encaminhamento do ponto.
829 A delegada Carla Biancha Angelucci falou que o tema é muito significativo e o
830 posicionamento adotado pelo Sistema Conselhos de Psicologia gerará muitos efeitos. A
831 delegada disse que é importante que o tema seja discutido nos plenários dos CRPs e
832 citou como exemplo da legalização do aborto, na qual foi formulada uma estratégia de
833 discussão do tema a partir do direito à saúde da mulher. A delegada afirmou que o tema
834 é estratégico e defendeu que primeiramente a questão fosse problematizada para
835 posteriormente se formular uma estratégia para discutir o assunto. O delegado
836 Glauston de Lima sugeriu que a legalização da maconha fosse debatida em outro
837 momento para permitir o aprofundamento do tema. O delegado Glauston citou como
838 exemplo a questão da legalização do aborto, no qual as feministas, após fazerem uma
839 análise do contexto, começaram a discutir a descriminalização do aborto, uma vez que
840 há diferenças entre a legalização e a descriminalização. O delegado Humberto Verona
841 defendeu que a legalização e a descriminalização não podem se separar, pois se um ato
842 é considerado crime, é porque há uma lei que o criminaliza. O delegado Ériko de Lima
843 disse que concorda com as delegadas Carla Biancha Angelucci e Janaína Zanchin de
844 que é necessário ter calma para definir algumas questões e ressaltou que as
845 comunidades terapêuticas fazem parte de um sistema público que também inclui casas
846 de recuperação para drogas e álcool (CREAs), centros de atenção psicossocial (CAPS) e
847 consultórios de rua. A delegada Loiva Leite disse que o CRP do Rio Grande do Sul já
848 tem um posicionamento em relação às comunidades terapêuticas, mas o CRP ainda não
849 discutiu sobre a descriminalização do uso de drogas e não possui uma posição em
850 relação ao tema. A delegada falou que a discussão surge muitas vezes na plenária de

[Handwritten notes on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

851 CRP do Rio Grande do Sul, mas ainda é necessário amadurecer a discussão para que
852 uma posição possa ser definida e, por conta disso, a delegada informou que o CRP não
853 emitirá nenhum posicionamento no momento. O delegado Carlos Afonso Medeiros
854 disse que se sentiu contemplado pela fala da delegada Carla Biancha Angelucci e falou
855 que o plenário do CRP do Mato Grosso ainda não possuía maturidade para se posicionar
856 naquele momento. A delegada Neffretier Clasta disse que o CRP da Primeira Região
857 deseja amadurecer a discussão sobre a legalização e a liberação do uso de drogas e
858 aprofundar o debate nos GTs e em eventos para que na APAF de dezembro, o CRP
859 possa fazer uma apresentação mais significativa em relação ao posicionamento da
860 Psicologia. O delegado Ricardo Moretzsohn ressaltou que naquele momento a APAF
861 estava demonstrando interesse em abordar o tema politicamente e perguntou se será
862 criado um GT para tratar da descriminalização e legalização do uso de drogas, sendo
863 que o CRP da Quarta Região desejaria participar deste GT. O delegado Lindomar Darós
864 sugeriu que não fosse criado um GT e que fosse pautado para a APAF de dezembro que
865 todos os CRPs trouxessem um posicionamento, após terem discutido o tema em seus
866 plenários. O delegado Humberto Verona ressaltou que havia outros pontos para
867 encaminhar e que talvez fosse necessária a criação de um GT.. O delegado Humberto
868 Verona disse que a Mesa Diretora entendeu que o encaminhamento do ponto deva ser
869 problematizar e ampliar o debate dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. A
870 delegada Lia Yamada sugeriu que o posicionamento do Sistema Conselhos de
871 Psicologia seja um encaminhamento do planejamento estratégico e perguntou em qual
872 mês as ações do planejamento serão encerradas. A delegada Janaína Zanchin disse que
873 na agenda há ações que serão realizadas em conjunto com outras entidades até o ano de
874 dois mil e treze e há ações que serão realizadas em dois mil e onze. A delegada Lia
875 Yamada questionou se o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia deve ser
876 antecipado para a próxima APAF ou deve ser definido quando as ações resultantes do
877 planejamento estratégico forem encerradas. O delegado Humberto Verona disse que a
878 delegada Lia Yamada estava sugerindo que fosse definida uma data para a tomada de
879 decisão. O delegado Lindomar Darós esclareceu que sua sugestão foi de que fosse
880 tomada uma decisão na APAF de dezembro de dois mil e onze. O delegado Humberto
881 Verona disse que seis pontos foram propostos pelo grupo que participou do
882 planejamento estratégico para dois mil e onze e sete pontos foram propostos para dois
883 mil e treze. O delegado falou que para dois mil e onze foram indicadas a realização de
884 cartilha e debate com a categoria e em dezembro o GT responsável por organizar a
885 cartilha irá organizar também uma proposta de agenda para dois mil e doze,
886 contemplando um seminário ampliado, fóruns regionais e um fórum nacional. O
887 delegado Humberto Verona disse que estava sendo proposto acrescentar, para dois mil e
888 onze, a confecção de uma cartilha para subsidiar a discussão da legalização e
889 descriminalização do uso de drogas e permitir a tomada de posição do Sistema
890 Conselhos de Psicologia. Ressaltou que o tema álcool e outras drogas deve estar
891 presente nas discussões do Sistema Conselhos de Psicologia, sem uma proposta clara
892 para dois mil e onze. O delegado Humberto Verona disse que a decisão dos delegados
893 foi de não discutir a legalização e a descriminalização do uso de drogas naquele
894 momento e incluí-la na agenda de debates para problematização. Perguntou se os
895 delegados presentes estavam de acordo em definir a data de dezembro de dois mil e
896 onze para que o Sistema Conselhos de Psicologia se posicione sobre o ponto e
897 questionou se era necessária uma votação ou se havia um consenso, ao que os delegados
898 responderam que havia um consenso. A delegada Vania de Mello ressaltou que o prazo
899 para a confecção da cartilha estava indefinido e sugeriu o mês de outubro, ao que todos
900 os delegados concordaram. Humberto Verona disse que a proposta definida no

[Handwritten notes on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

901 planejamento estratégico em relação às comunidades terapêuticas foi se posicionar na
902 cartilha, em eventos, nas falas institucionais e nas campanhas publicitárias de forma
903 contrária ao financiamento público das comunidades terapêuticas. O delegado
904 perguntou se algum dos presentes gostaria de defender outra proposta. O delegado
905 Carlos Afonso Medeiros disse que acha importante refletir sobre o assunto porque trata-
906 se de um tema delicado, sendo difícil para o CRP de Mato Grosso do Sul posicionar-se
907 contra as comunidades terapêuticas. O delegado Humberto Verona falou que a Mesa
908 Diretora entendeu que não havia consenso e ressaltou que seria necessário fazer uma
909 votação. Disse que havia uma proposta de posicionamento contra o financiamento
910 público das comunidades terapêuticas e uma proposta feita pelo delegado Carlos Afonso
911 Medeiros de não haver um posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia contra
912 o financiamento público. O delegado Humberto Verona disse que houve a defesa de que
913 o financiamento público não seja dirigido às comunidades terapêuticas, mas sim a
914 outras políticas públicas e perguntou ao delegado Carlos Afonso Medeiros se ele deseja
915 manter a proposta de que os financiamentos públicos sejam passados às comunidades
916 terapêuticas. O delegado Carlos Afonso Medeiros disse que no momento não havia
917 tempo para fazer um debate e ressaltou que iria manter o posicionamento porque ele
918 vinha do seu CRP. O delegado Humberto Verona falou que a Mesa Diretora entendeu e
919 deu início à votação da proposta do não financiamento público das comunidades
920 terapêuticas, sendo que a proposta foi aprovada por trinta e cinco votos favoráveis, o
921 delegado Carlos Afonso Medeiros foi contra e os delegados Ériko de Lima e Wadson
922 Gama e a delegada Neffretier Clasta se abstiveram. O delegado Humberto Verona disse
923 que as contribuições dos CRPs já haviam sido agregadas ao briefing da campanha e
924 falou que iria apresentá-lo aos CRPs para que eles pudessem sugerir itens a acrescentar
925 ou a retirar. Ressaltou que o briefing servirá de base para o GT construir a campanha
926 publicitária juntamente com uma agência de publicidade. O delegado Humberto Verona
927 leu o briefing que segue anexo à ata e ressaltou que os escritos em vermelho no
928 documento são contribuições dos CRPs. Disse que não iria ler por completo o item "A
929 droga como resposta à depressão no adulto" porque nele haviam questões muito
930 particulares sobre a depressão que não seriam interessantes no momento e propôs a
931 retirada do item. O delegado esclareceu que um briefing contém pontos que serão
932 abordados em uma campanha publicitária e não há a necessidade de se fazer um tratado
933 sobre assuntos relacionados ao tema principal. A delegada Clara Goldman disse que o
934 objetivo era discutir o briefing que orientará a campanha e perguntou qual será a
935 destinação deste material. O delegado Humberto Verona respondeu que o GT,
936 juntamente com uma empresa de publicidade, irá produzir a partir do briefing um
937 material de campanha que será aprovado pelo CFP e pelos CRPs. Ressaltou que é
938 preciso aprovar um conjunto de ideias que o coletivo quer que o GT trabalhe com elas e
939 disse que pontos muito longos e detalhados podem ser retirados porque o briefing é um
940 conjunto de ideias pontuais. O delegado Humberto Verona leu as referências que
941 constam no briefing anexo à ata. A delegada Edelvaise Ferreira ressaltou que, no
942 briefing, havia uma correção a ser feita na definição da OMS: substituir "qualquer
943 substância produzida" por "qualquer substância não produzida. Em relação ao briefing,
944 a delegada Janáina Zanchin ressaltou que o ponto "Ter um conhecimento acadêmico
945 científico sobre o assunto e não somente moral. Como um contra-ponto do achismo
946 pseudo científico, que mata, que está aliada à promoção da violência, etc" não é uma
947 questão de ser acadêmico ou não e citou como exemplo o doutor Flávio Pechans, que
948 participa de um grupo de estudo sobre drogas reconhecido no país e afirma que a
949 violência está associada ao uso de drogas, que o crack vicia no primeiro uso, que as
950 pessoas vão matar e não tem condições de serem tratadas. Ela ressaltou que estas

[Handwritten signatures and notes on the left margin]

[Handwritten signatures and notes on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

951 questões vêm de dentro da academia e propôs a supressão do ponto. O delegado
952 Humberto Verona perguntou se algum dos delegados defendia a permanência do ponto
953 e como a resposta foi negativa, o ponto foi suprimido. O delegado Lindomar Darós
954 disse que teve a oportunidade de ler o texto porque as conselheiras do CRP do Rio de
955 Janeiro que participaram da discussão o repassaram aos demais conselheiros e, em
956 relação a ele, ressaltou que não está sendo focada a questão principal, mesmo que tenha
957 sido definido que ela só será discutida a partir da APAF de dezembro. Ele questionou
958 quem estava sendo demonizado, se era a droga ou o usuário e defendeu que qualquer
959 referência a demônios seja retirada, uma vez que o tema já é muito moralista. O
960 delegado Humberto Verona perguntou se o delegado Lindomar Darós estava propondo
961 a supressão do item que aborda a demonização. O delegado Lindomar Darós disse que
962 qualquer item que esteja relacionado à demônios deveria ser retirado. O delegado
963 Humberto Verona leu o item que estava sendo alvo da discussão: "Questionar sobre o
964 que está sendo demonizado: o sujeito ou a prática. Qual é a prática que está sendo
965 demonizada?". Ele perguntou se todos concordavam com a retirada e como a resposta
966 foi positiva, o item foi retirado. O delegado Ricardo Moretzsohn ressaltou que há
967 questões no briefing que o Sistema Conselhos de Psicologia deseja que a campanha
968 produza como efeito e disse que é inviável abordar todos os itens do documento em uma
969 campanha, até porque muitos estão repetidos. O delegado Humberto Verona disse que
970 alguns itens deverão ser retirados. O delegado Ricardo Moretzsohn falou que não
971 recebeu o documento com os acréscimos das sugestões dos CRPs e ressaltou que, além
972 dos itens repetidos, devem ser retiradas a parte que aborda a depressão e as propostas
973 que não são adequadas a um briefing. Defendeu que em um briefing é preciso haver
974 princípios que mostrem o que é esperado da campanha. O delegado Humberto Verona
975 disse que a Mesa Diretora entendeu que o GT responsável pelo tema irá suprimir alguns
976 itens do briefing e disse que as delegações devem se manifestar se tiverem alguma ideia
977 que deva ser retirada ou acrescentada ao documento. A delegada Clara Goldman disse
978 que quando uma campanha é lançada, há a possibilidade de interlocução com vários
979 atores sociais de uma maneira mais ampla. Pediu atenção com a retirada de itens do
980 briefing que não se enquadram em um projeto de campanha, pois a empresa de
981 publicidade precisa de uma frase para dar início a um processo de esclarecimento com
982 outros recursos. A delegada falou que o GT terá que se dedicar à tarefa de pontuar o que
983 é mais significativo e comunicar a posição da Psicologia. Disse também que a
984 Psicologia não tem uma posição firmada sobre a legalização e descriminalização da
985 maconha e sobre o ciclo de produção, comercialização, distribuição e uso de drogas. A
986 delegada Clara Goldman disse que o GT deve se dedicar ao que é orgânico no conjunto
987 das contribuições e procurar agências que possam, de maneira competente, apresentar
988 uma proposta, para que a campanha fique sintonizada com a culminância de um
989 processo de discussão pública amadurecida dentro do Sistema Conselhos de Psicologia.
990 Somente desta forma, ressaltou a delegada, o Sistema Conselhos poderá ter segurança
991 de que a campanha reflète a posição que a Psicologia assume publicamente. A delegada
992 Clara Goldman sugeriu que na APAF de dezembro, quando diversas posições forem
993 definidas, o GT trabalhe com uma proposta mais organizada de campanha a partir de
994 uma discussão em profundidade do briefing. A delegada disse que a discussão sobre o
995 que poderá e o que não poderá ser aproveitado no briefing não deveriam ser feita
996 naquele momento. O delegado Humberto Verona disse que a proposta inicial era de que,
997 a partir de um conjunto de sugestões, o GT mantivesse as ideias centrais e retirasse o
998 que não deveria constar em um briefing. O delegado disse que, após esta etapa, o GT
999 deverá se reunir com a agência de publicidade já licitada pelo CFP e produzir um
1000 material que será criticado por todos os CRPs. Ele falou que a proposta original era de

1001 que, uma vez aprovado o briefing, o GT já pudesse dar início à campanha para que, em
1002 dezembro, ela fosse avaliada pelo CFP e pelos CRPs. O delegado falou que a realização
1003 da campanha foi aprovada na APAF de maio de dois mil e dez e reforçou que a ideia
1004 inicial era de que a campanha começasse a ser executada e em dezembro fosse discutido
1005 o andamento desta. O delegado Humberto Verona deu início à votação do briefing,
1006 sendo que o conteúdo do documento foi aprovado por trinta e seis votos favoráveis.
1007 Com abstenções do delegado Lindomar Darós e das delegadas Maria do Socorro
1008 Pizzetti e Tarcisia Cavalcanti. Foi constituído o GT formado pelo CFP e pelos CRPs da
1009 Segunda, Quarta, Quinta, Sétima, Oitava e Nona Regiões, que deverá construir uma
1010 proposta de campanha que será apreciada pelo coletivo. O delegado disse que o ponto
1011 foi encerrado e ressaltou que, como o tempo estava avançado, a Mesa Diretora seria
1012 mais rigorosa com o tempo de fala e limitaria a quantidade de blocos de inscrições para
1013 cinco, sendo o plenário consultado da necessidade de abertura de outros blocos. **4.2. A**
1014 **Psicologia das Emergências e Desastres e a Política Nacional de Defesa Civil.** O
1015 delegado Humberto Verona disse que a delegada Clara Goldman iria fazer a
1016 apresentação do ponto em dez minutos e deu início à conferência das delegações.
1017 Participaram da discussão do ponto os delegados: CFP: Humberto Verona, Deise
1018 Nascimento e Clara Goldman; CRP-01: Niva Hanazumi e Eliane Correa; CRP-02:
1019 Maria Conceição Costa e Glaudston de Lima; CRP-03: Carlita Bastos e Jeane Araújo;
1020 CRP-04: Júnia Lara, Ricardo Moretzsohn e Lourdes Machado; CRP-05: Lygia Ayres,
1021 Lindomar Darós e Lia Yamada; CRP-06: Lilihan da Silva, Carla Biancha Angelucci e
1022 Joari de Carvalho; CRP-07: Vania de Mello, Loiva Leite e Janaína Zanchin; CRP-08:
1023 João Baptista de Oliveira, Fernanda Rosseto e Suzana Borges; CRP-09: Ivancésar de
1024 Souza e Ériko de Lima; CRP-10: Dorotéa de Cristo; CRP-11: Aline Freitas e Katiana
1025 Moura; CRP-12: Marilene Wittitz e Maria Carolina da Silveira; CRP-13: Maria do
1026 Socorro Pizzetti e Tarcisia Cavalcanti; CRP-14: Renan Soares Júnior; CRP-15: Sílvia de
1027 Lima; CRP-16: Janaína Pereira; CRP-17: Fernando da Silva; CRP-18: Luiz Guilherme
1028 Gomes; CRP-19: Edelvaise Ferreira. A delegada Clara Goldman informou que, na
1029 última APAF, alguns princípios orientaram a definição da necessidade de organização
1030 do planejamento estratégico do tema. Falou que a revisão do atual modelo do sistema
1031 nacional de defesa civil, o aumento, a ampliação e a importância da presença da
1032 Psicologia nos programas do SUAS e do SUS, a necessidade de implementação de
1033 deliberações da Conferência Nacional de Defesa Civil, que prevê muitas ações com
1034 referência direta à atuação dos profissionais de saúde e da assistência social e
1035 considerando as possibilidades da Psicologia para a promoção de direitos humanos das
1036 populações afetadas e a frequente ocorrência de desastres para as quais nem as políticas
1037 públicas e nem a Psicologia estão preparadas, tornam necessário construir de maneira
1038 coletiva um conjunto de referências que possam orientar a prática dos psicólogos nestas
1039 situações. A delegada Clara Goldman disse que a motivação para o investimento no
1040 campo já existe há dez anos e a primeira experiência aconteceu no I Seminário Nacional
1041 de Emergências e Desastres e mais recentemente, no ano de dois mil e dez, uma série de
1042 investimentos foram deflagrados. A delegada falou que o primeiro investimento foi a
1043 realização de oficinas que objetivaram estabelecer o diálogo com os profissionais
1044 psicólogos e, em algumas regiões, também com os profissionais não-psicólogos, que
1045 estivessem atuando diretamente nos processos de reconstrução, mais especificamente
1046 dentro dos abrigos. Disse que os profissionais de Psicologia são trabalhadores do
1047 SUAS, do SUS, da defesa civil e voluntários que foram demandados para atuar em
1048 situações de calamidade. A delegada Clara Goldman falou que oficinas foram montadas
1049 por iniciativa de uma articulação do CFP com os estados de Espírito Santo,
1050 Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Falou que para

[Handwritten notes on the left margin, including "10-9" and "briefing"]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

1051 a realização do planejamento estratégico do tema foi feita a contratação de um consultor
1052 que pudesse, metodologicamente, dar um roteiro para a discussão e todos os CRPs
1053 encaminharam representantes para participar do planejamento. A delegada leu os
1054 seguintes itens do documento resultante do planejamento estratégico unificado:
1055 “Agenda 2011-2013 e Realizações Conjuntas para 2011 do Sistema Conselhos, na
1056 temática ‘Emergências e Desastres’”: Incentivar a produção, sistematizar e difundir
1057 conhecimento; produção de referências conceituais, metodológicas e tecnológicas de
1058 atuação da psicologia (psicólogos e Sistema Conselhos) em situação de emergências e
1059 desastres; acompanhar e intervir em Políticas públicas relevantes a partir da
1060 contribuição da psicologia em emergências e desastres; promover educação permanente
1061 em emergências e desastres e promover a inserção do tema na formação acadêmica e
1062 articulação com os atores sociais para potencializar a formulação, implantação,
1063 monitoramento e avaliação da política pública de defesa civil”. A delegada falou que,
1064 no planejamento estratégico, foi entendido que a Psicologia é incipiente nas articulações
1065 com as instituições de ensino superior e ressaltou que é importante a ciência e a
1066 produção de conhecimentos perceberem essa necessidade concreta. A delegada Clara
1067 Goldman disse que serão construídos roteiros metodológicos e planos de contingência
1068 da Psicologia ao invés de somente fazer ações na relação direta com as populações
1069 afetadas nos níveis da prevenção, da preparação, da resposta e da reconstrução. A
1070 delegada falou que foi adotada a perspectiva da transversalidade porque lidar com
1071 emergências e desastres é também lidar com habitação, políticas públicas de
1072 saneamento, circulação urbana, saúde mental entre outros. Disse que, no planejamento
1073 estratégico, surgiu a ideia de que o Sistema Conselhos de Psicologia possa protagonizar,
1074 com outros atores sociais, programas de formação de educação em emergências e
1075 desastres que não sejam acadêmicos, mas que possam servir de ponto de partida para
1076 uma discussão ampliada. A delegada falou que participou da comissão organizadora da
1077 Conferência Nacional de Defesa Civil e muitas alianças se estabeleceram com o
1078 movimento social e com a representação da sociedade civil. A delegada Clara Goldman
1079 falou que, aliado a uma articulação com o movimento de direitos humanos que congrega
1080 mais de quarenta entidades, é fundamental que a Psicologia possa se inteirar do trabalho
1081 que estas entidades têm feito com as populações em situação de vulnerabilidade. A
1082 delegada leu o trecho “Realizações Conjuntas para 2011” do documento “Planejamento
1083 Unificado para o tema ‘Emergências e Desastres’ – 2011 - 2013”, que segue anexo à
1084 ata. A delegada comentou cada uma das proposições presentes no documento, disse que
1085 a política nacional de defesa civil não tem controle público e ressaltou que existe um
1086 conselho nacional de defesa civil, que tem três representantes da sociedade civil, sendo
1087 que eles foram convocados a partir de um posicionamento público do Sistema
1088 Conselhos de Psicologia junto às entidades da comissão organizadora. A delegada falou
1089 que, no entanto, os três representantes não passaram por nenhum crivo e a sociedade
1090 civil não foi consultada sobre sua representação. A delegada Clara Goldman falou que o
1091 grupo que participou do planejamento estratégico emergências e desastres entendeu ser
1092 necessário que a Psicologia avance, pois há um descompasso entre o que a Psicologia
1093 pode, do ponto de vista técnico, científico e metodológico, oferecer como contribuição
1094 ao resgate da cidadania das populações afetadas. A respeito da proposta de realização de
1095 um 2º seminário a delegada Clara Goldman disse que esse seminário poderá inaugurar o
1096 momento no qual todos os atores poderão estar presentes e no qual sejam marcadas
1097 posições políticas sobre o que a Psicologia pode e deve fazer no campo. Sobre o
1098 indicativo de elaboração de um texto base que subsidie o debate nacional, a delegada
1099 disse que o texto base deverá descrever a posição da Psicologia e possuir alguns
1100 norteadores, como o compromisso com os direitos humanos, o comprometimento com

1101 políticas públicas efetivas, o controle social das políticas entre outros. Quanto ao
1102 voluntariado, a delegada disse que em todas as experiências de desastres há um
1103 movimento natural da sociedade no sentido de se disponibilizar e apoiar dentro dos
1104 abrigos. Argumentou que a questão é saber qual o limite que o voluntariado impõe entre
1105 o que é uma iniciativa e o que é um prejuízo. A delegada Clara Goldman explicou que
1106 muitas vezes os voluntários assumem o protagonismo de ajudar os afetados e depois se
1107 retiram, sendo necessário entender o voluntariado sob outra perspectiva e estabelecer
1108 alguns parâmetros para o psicólogo voluntário. A delegada disse que um dos objetivos é
1109 fortalecer o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEP),
1110 porque o tema precisa ser desenvolvido no campo de formação. Disse que a rede latino-
1111 americana foi um investimento protagonizado em gestões anteriores do CFP e que
1112 responde ao objetivo de se traçar uma linha de articulação e pesquisa com os
1113 colaboradores da América Latina, inclusive fortalecendo as democracias nos países. A
1114 delegada informou que, no planejamento estratégico, estiveram presentes o professor
1115 Aléxis Ruiz, representando a rede latino-americana, Marcus Vinícius, Marcos Ferreira,
1116 Tina Ferreira, Norma Valêncio e Ângela Coelho, que circulou pelo Brasil realizando
1117 oficinas. A delegada Clara Goldman disse que trouxe uma proposta de cartaz para dar
1118 mais celeridade e agilidade ao projeto. O cartaz foi projetado e a delegada Clara
1119 Goldman explicou que a imagem mostrava a região serrana do Rio de Janeiro. O
1120 delegado Lindomar Darós parabenizou o trabalho feito e disse que o estado do Rio de
1121 Janeiro viveu um momento muito delicado. Falou que, em relação às duas reuniões de
1122 articulação nacional, problematizando a ausência da população no controle social, talvez
1123 mais importante que as reuniões nacionais fosse a realização de audiências públicas por
1124 CRP, para colocar em análise e pensar o lugar da defesa civil e o lugar do controle
1125 social na defesa civil. O delegado sugeriu que fossem pensadas duas ou três reuniões
1126 nacionais para debater o que foi discutido nas bases e falou que concorda com a
1127 realização de um seminário. O delegado Lindomar Darós disse que há questões muito
1128 delicadas na elaboração de uma resolução para normatizar o trabalho dos voluntários e
1129 ressaltou que o CRP do Rio de Janeiro é contrário a instituir-se o trabalho voluntário.
1130 Disse que, em momentos de calamidade pública, mesmo que se tenha uma política
1131 pública organizada e um SUAS estruturado, seria necessário o trabalho voluntário, mas
1132 considerada que não necessariamente na condição de psicólogo no sentido estrito. O
1133 delegado falou que o Sistema Conselhos de Psicologia tem que dar conta do exercício
1134 profissional da Psicologia e ressaltou que os psicólogos devem seguir princípios éticos
1135 da profissão, independente de serem voluntários ou não. Ele ressaltou que, diante de
1136 uma situação de calamidade pública, algumas posições podem ser suspensas, mas os
1137 princípios não. O delegado Joari de Carvalho disse que o documento contempla o que é
1138 mais necessário no momento atual e ressaltou que não foi discutido o plano operacional
1139 de contingência do Sistema Conselhos de Psicologia, que é um dos itens da agenda. O
1140 delegado explicou que o Sistema Conselhos de Psicologia deve trabalhar
1141 unificadamente para decidir o que responder em situações de calamidade quando o
1142 sistema for chamado a se manifestar. O delegado Joari ressaltou que os CRPs têm
1143 autonomia para responder de forma diferenciada, mas acredita que isso poderia gerar
1144 contradições. O delegado falou que, em relação ao quarto item da agenda, "promover
1145 educação permanente em emergências e desastres e promover a inserção do tema na
1146 formação acadêmica", talvez o Sistema Conselhos de Psicologia não tenha meios para
1147 garantir a educação permanente. O delegado concordou com o posicionamento do CRP
1148 do Rio de Janeiro de que é necessário orientar o exercício profissional como um todo,
1149 principalmente as redes de serviços e sugeriu que fosse feito um documento de
1150 referência ou uma nota técnica para discutir a lei do voluntariado, o plano nacional de

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

1151 defesa civil e o código de ética profissional aplicado nestas situações, e não
1152 necessariamente partir do pressuposto de que será elaborada uma resolução nova. O
1153 delegado Joari sugeriu que, no ano de dois mil e onze, os CRPs e o CFP analisem e
1154 proponham na APAF de dezembro um plano de contingência. A delegada Lygia Ayres
1155 disse que a formação do psicólogo dá conta da atuação em emergências e desastres e
1156 ressaltou que é importante fortalecer as redes. Falou que o Rio de Janeiro foi muito
1157 afetado e que a sub-sede de Petrópolis tentou articular redes. A delegada Lygia
1158 defendeu que criar um novo especialismo e normatizá-lo é muito perigoso e ressaltou
1159 que o CRP do Rio de Janeiro é contrário à normatização do voluntariado. A delegada
1160 Clara Goldman disse que o Sistema Conselhos de Psicologia não irá regular a ampliação
1161 da Psicologia para outros campos e ressaltou que a discussão era sobre como fazer
1162 melhor no campo das emergências e desastres. Concordou com o delegado Joari de
1163 Carvalho de que a denominação correta é Psicologia em Emergências e Desastres e
1164 ressaltou que nem sempre a inclusão da ABEP na discussão de um projeto político é
1165 para criar especialidades. A delegada disse que o Sistema Conselhos de Psicologia
1166 recorre à ABEP para discutir questões relacionadas à formação em Psicologia e ajudar a
1167 pensar na formação de psicólogos que muitas vezes desconhecem o significado de uma
1168 demanda social e o enfrentamento de uma situação de vulnerabilidade. A delegada
1169 Clara Goldman ressaltou que o objetivo do seminário não foi fortalecer a especialidade
1170 de emergências e desastres e disse que o CFP não tem intenção de criar uma nova
1171 especialidade, até porque é a organização da categoria que demanda novas
1172 especialidades, de acordo com a delegada. Defendeu que fossem formulados planos de
1173 contingência e roteiros concretos que respeitem a situação do usuário. Ressaltou que,
1174 independente do CFP, há psicólogos que irão querer organizar seu campo de atuação e
1175 disse que isso é a evolução do trabalho e do pensamento científico. Disse que participou
1176 de uma assembleia que o CRP do Rio de Janeiro, na qual compareceram oitenta
1177 profissionais. O CRP tomou a iniciativa de discutir com os psicólogos que iriam às
1178 oficinas. A delegada relatou que os psicólogos queriam a realização das oficinas e
1179 foram realizadas três oficinas. A delegada defendeu que isso não é criar uma nova
1180 especialidade, mas sim assumir um compromisso com as políticas públicas e com os
1181 afetados. O delegado Joari de Carvalho ressaltou que o plano de contingências será para
1182 a resposta do Sistema Conselhos de Psicologia e não para determinar o que os
1183 psicólogos irão fazer. Disse que cada integrante do Sistema Conselhos de Psicologia
1184 respondeu de forma diferente e que é necessário avançar para uma resposta unificada. O
1185 delegado defendeu a promoção do debate na educação e na formação permanente de
1186 profissionais. O delegado Joari sugeriu que fosse incorporado no debate como a defesa
1187 civil está sendo construída e como o Sistema Conselhos de Psicologia irá se posicionar
1188 na questão e ressaltou que este debate não está acontecendo na formação de base da
1189 graduação. O delegado Joari de Carvalho informou que na segunda-feira, dia dezesseis
1190 de maio, recebeu a notícia de que a área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde
1191 está interessada em estabelecer um diálogo e defendeu que a normatização do trabalho
1192 voluntário seja discutida posteriormente. O delegado defendeu a participação da
1193 Psicologia no campo de emergências e desastres e a elaboração de documentos e
1194 referências antes de serem realizados o controle e a fiscalização. A delegada Júnia Lara
1195 disse que a entrada da ABEP é muito importante porque há falta de bibliografia nos
1196 relatórios. Falou que quando outros atores, como instituições de ensino superior,
1197 professores, psicólogos e alunos, são convidados, sem excluir o poder público, outra
1198 literatura é incluída nos documentos. A delegada Silvia de Lima disse que o CRP da
1199 Décima Quinta Região é contrário à normatização do trabalho do psicólogo voluntário,
1200 a delegada falou que o CRP da Décima Quinta Região criou uma oficina que juntou a

1201 secretaria de saúde do estado e a secretaria de saúde dos municípios, formou um
1202 trabalho com o grupo, treinou as pessoas para terem acesso às famílias e aos locais de
1203 devastação e criou um documento sobre as atividades que seriam desenvolvidas pelos
1204 voluntários. A delegada Silvia Lima explicou que o documento foi assinado pelos
1205 psicólogos e se tratava de um termo de compromisso de voluntariado para garantir o
1206 trabalho para aquele momento. A delegada disse que o CRP da Décima Quinta Região
1207 explicou para as pessoas que o serviço voluntário, naquele momento, era provisório e
1208 não poderia se manter por um longo período. A delegada Silvia de Lima disse que foi
1209 feito um mapeamento das famílias e das necessidades e falou que o CRP teve contato
1210 com a defesa civil e outras instituições. A delegada falou que o trabalho foi normatizado
1211 para que a atenção necessária pudesse ser dada às pessoas afetadas, além da
1212 preocupação com a ética e o cuidado com a prática.. Relatou que o CRP da Décima
1213 Quinta Região tem uma referência de um trabalho que já foi realizado pelo conselho
1214 juntamente com entidades locais e se disponibilizou para ajudar na execução da
1215 demanda de forma adequada. A delegada Clara Goldman disse que o Núcleo de Estudos
1216 em Emergências e Desastres da Universidade de São Carlos (NEPED) atuou na região
1217 serrana e fez um trabalho muito bom sobre a situação real na ótica dos afetados, a partir
1218 dos conhecimentos das ciências sociais. Falou que o trabalho está disponível no site do
1219 CFP e ressaltou que está em processo de organização um documento que o CFP
1220 solicitou ao NEPED sobre os abandonados por desastres. A delegada disse que o
1221 documento mostra a perspectiva de todas as cidades e regiões que foram afetadas e onde
1222 o poder público não atuou e não interferiu. A delegada Clara Goldman defendeu a
1223 elaboração da nota técnica proposta pelo delegado Joari de Carvalho, além de um plano
1224 de contingências a ser elaborado como produto do seminário nacional. A delegada disse
1225 que concorda com a realização de audiências públicas porque elas envolvem outros
1226 poderes além do executivo e ressaltou que, em relação ao item "realizar pelo menos
1227 duas reuniões de articulação nacional e uma reunião regional com entidades da
1228 sociedade civil para estimular o controle social", até para a convocação em audiência
1229 pública é preciso ter um mapa dos atores sociais que podem protagonizar, juntamente
1230 com o Sistema Conselhos de Psicologia, uma demanda direta ao poder legislativo. A
1231 delegada disse que a questão da normatização do trabalho voluntário é uma proposta
1232 que será discutida no seminário e não um projeto finalizado. A delegada Clara Goldman
1233 ressaltou que a normatização foi sugerida por algumas pessoas e registrada como um
1234 encaminhamento proposto e caberá às pessoas trazerem as problematizações sobre a
1235 questão nos espaços públicos de debate. A delegada disse que a perspectiva mais
1236 madura politicamente será escutar e posteriormente tomar uma posição e ressaltou que o
1237 debate democrático deve ser fortalecido. O delegado Joari de Carvalho ressaltou que o
1238 planejamento estratégico foi voltado para as situações de emergências e desastres
1239 decorrentes de catástrofes naturais e disse que os CRPs estão sendo cobrados em relação
1240 a outros tipos de emergências e desastres. Disse que as orientações aos profissionais não
1241 têm só um caráter técnico, mas também ajuda a lembrar que a política de defesa civil já
1242 existe e a proteção civil depende da participação da comunidade. O delegado reforçou a
1243 proposta de inclusão do plano de contingências e o re-ordenamento da questão da
1244 minuta para voluntários e transformar isso em um debate de referências. A delegada
1245 Janaína Zanchin disse que o papel dos Conselhos de Psicologia não é obrigar as pessoas
1246 a participarem de eventos, mas ressaltou que o comentário "incentivar a criação de ator
1247 social coletivo para articular o campo da psicologia em emergências e desastres" do
1248 item "realizar o segundo seminário nacional de psicologia em emergências e desastres,
1249 precedidos por seminários regionais" denota uma postura ativa. A delegada Janaína fez
1250 um pedido de esclarecimento e perguntou se é este o sentido que o Sistema Conselhos

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

1251 de Psicologia irá adotar. Disse que as atuações profissionais dos psicólogos,
1252 independentemente do tipo de vínculo profissional, estão bem reguladas pelo código de
1253 ética e por diversas resoluções. A delegada falou que o Sistema Conselhos de Psicologia
1254 deve acompanhar como a atuação está ocorrendo na prática e defendeu que não há a
1255 necessidade de se formular uma nova resolução, desde que o código de ética e as
1256 resoluções vigentes sejam cumpridas. A delegada Clara Goldman disse que, em relação
1257 ao item da agenda "incentivar a produção, sistematizar e difundir conhecimento", é
1258 preciso rever a forma de expressar a preocupação com a produção de conhecimentos no
1259 campo, que não seja necessariamente incentivar a produção. Falou que é preciso refletir
1260 sobre produção, sistematização e difusão do conhecimento na área e sugeriu que fosse
1261 colocada uma palavra que não implique em um direcionamento do Sistema Conselhos
1262 de Psicologia para a academia. A delegada Clara Goldman disse que, neste campo, a
1263 academia precisa ser instigada para produzir conhecimento a fim de qualificar a prática
1264 e defendeu a permanência do item, porém com outra redação. Em relação ao item
1265 "elaborar minuta de resolução normativa para serviço voluntário", a delegada sugeriu
1266 que sejam pensadas estratégias de avaliação e disciplinamento do trabalho voluntário. O
1267 delegado Humberto Verona relatou os cinco itens que foram apontados para estarem
1268 presentes na agenda do Sistema Conselhos de Psicologia até dois mil e treze:
1269 "incentivar a produção, sistematizar e difundir conhecimento", "produção de referências
1270 conceituais, metodológicas e tecnológicas de atuação da psicologia (psicólogos e
1271 Sistema Conselhos) em situação de emergências e desastres", "acompanhar e intervir
1272 em Políticas públicas relevantes a partir da contribuição da psicologia em emergências e
1273 desastres", "garantir educação permanente em emergências e desastres e promover a
1274 inserção do tema na formação acadêmica" e "articulação com os atores sociais para
1275 potencializar a formulação, implantação, monitoramento e avaliação da política pública
1276 de defesa civil". O delegado Humberto Verona perguntou à delegada Janaína Zanchin
1277 se tinha algum questionamento sobre o item "incentivar a produção, sistematizar e
1278 difundir conhecimento" e a delegada respondeu que seu questionamento era sobre o
1279 item "incentivar a criação de ator social coletivo para articular o campo da psicologia
1280 em emergências e desastres". Em relação ao item "garantir educação permanente em
1281 emergências e desastres e promover a inserção do tema na formação acadêmica", o
1282 delegado Humberto Verona disse que houve a proposta de substituir a palavra "garantir"
1283 por "promover". Perguntou se há consenso sobre a forma como estão os cinco itens
1284 apontados como referência para o tema até dois mil e treze. O delegado Joari de
1285 Carvalho disse que tinha um pedido de esclarecimento e falou que foi solicitada a
1286 inserção de um sexto item na agenda, que seria a elaboração de um plano de
1287 contingência. O delegado Humberto Verona disse que o plano de contingências vai
1288 constar no plano de ação da agenda do ano de dois mil e onze. O delegado Joari de
1289 Carvalho disse que não há elementos na agenda para sustentar o plano de contingência.
1290 O delegado Humberto Verona perguntou se ele não poderia ser sustentado pelo item
1291 "produção de referências conceituais, metodológicas e tecnológicas de atuação da
1292 psicologia (psicólogos e Sistema Conselhos) em situação de emergências e desastres".
1293 O delegado Joari de Carvalho respondeu que o item diz respeito ao exercício
1294 profissional e o plano de contingência está relacionado à política administrativa do
1295 Sistema Conselhos de Psicologia. O delegado Humberto Verona ressaltou que o item
1296 explicita "psicólogos e Sistema Conselhos" e disse que não há necessidade da criação
1297 de um novo item. O delegado Joari de Carvalho falou que não se opõe se o Plenário
1298 concordar que o item contempla o plano de contingência. O delegado Humberto Verona
1299 perguntou se quando o delegado Joari de Carvalho propôs um plano de contingência,
1300 sugeriu que fosse organizado um documento que defina como o Sistema Conselhos de

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1301 Psicologia agirá quando for acionado. Disse que este documento poderia ser
1302 considerado uma produção de referência do Sistema Conselhos de Psicologia. O
1303 delegado Humberto Verona falou que dentro da agenda para o ano de dois mil e onze,
1304 foi proposto acrescentar "audiências públicas" ao item "realizar audiências públicas e
1305 reuniões de articulação nacional e regional com entidades da defesa civil" e nenhum
1306 delegado se opôs ao acréscimo. O delegado então perguntou se havia algum
1307 questionamento sobre o prazo de agosto a dezembro e a resposta foi negativa. Disse que
1308 no item "Realizar o 2º seminário nacional de psicologia das emergências e desastres,
1309 precedido por seminários regionais" foi sugerido substituir o termo "das" por "em" e
1310 que o seminário seja precedido de seminários ou eventos regionais. O delegado
1311 Humberto Verona disse que a proposta é que o seminário seja realizado em novembro e
1312 falou que se a realização do seminário for aprovada, o CFP poderá apresentar a proposta
1313 que construiu em relação à execução do seminário. Como nenhum delegado se
1314 manifestou contrariamente, o delegado Humberto Verona disse que entendeu que não
1315 havia nenhuma alteração a ser feita no item. Leu o item "elaborar texto base que
1316 subsidie o debate nacional" e disse que o texto base deverá ser escrito até julho de dois
1317 mil e onze e que a APAF deverá indicar um grupo para trabalhar na elaboração do
1318 documento. O delegado leu o item "elaborar minuta de resolução normativa para
1319 serviço voluntário" e disse que foi proposta a supressão da minuta e a confecção de uma
1320 nota técnica problematizando a questão do voluntariado. O delegado Joari de Carvalho
1321 disse que a nota técnica incorpora a questão do voluntariado, mas está relacionada
1322 principalmente ao exercício profissional, seja no serviço público, na iniciativa privada
1323 ou no trabalho voluntário. Com a concordância dos delegados, a proposta de resolução
1324 foi substituída por uma nota técnica que aborde o exercício profissional, inclusive o
1325 voluntariado. O delegado Lindomar Darós disse que, mesmo com a alteração,
1326 continuará havendo um documento do Sistema Conselhos de Psicologia abordando a
1327 forma como o trabalho voluntário deverá ser realizado e defendeu que o trabalho do
1328 psicólogo seja abordado independentemente do vínculo de relação da prática
1329 profissional. O delegado Humberto Verona perguntou ao delegado Joari de Carvalho se
1330 a proposta feita por ele contempla as ponderações do delegado Lindomar Darós. O
1331 delegado Joari de Carvalho disse que a nota técnica não terá por finalidade regular o
1332 trabalho, mas sim informar. O delegado Joari falou que pode ser produzido um conjunto
1333 de orientações em cada estado e a nota técnica servirá como ponto de referência. O
1334 delegado Humberto Verona disse que a nota técnica será um ponto de referência para o
1335 psicólogo que atuará nas situações de emergências e desastres, esteja ele na política
1336 pública ou em alguma situação de voluntariado. O delegado Joari de Carvalho disse que
1337 muitos profissionais dos serviços de saúde, assistência e educação também têm dúvidas
1338 sobre o que eles devem ou podem fazer nas suas próprias áreas e ressaltou não é apenas
1339 os voluntários que têm dúvidas. O delegado Humberto Verona falou que a proposta é
1340 que o documento seja escrito e encaminhado às Plenárias, que terão quinze dias para se
1341 manifestar e enviar sugestões, as quais serão incluídas no documento e publicizadas. O
1342 delegado Humberto Verona perguntou se seria necessário por em votação ou se todos
1343 estavam de acordo com a produção de uma nota técnica ao invés de uma resolução. Os
1344 delegados concordaram com a produção da nota técnica. O delegado Humberto Verona
1345 disse que nenhum delegado se manifestou sobre o item "criar link de acesso às
1346 referências bibliográficas do tema, vinculado à estação BVS-PSI" e falou que ele será
1347 executado a partir de junho, sendo que o CFP irá organizar como os CRPs e o CFP terão
1348 um link nos respectivos sites que leva à estação BVS-PSI. Ele leu o item "pautar a
1349 publicação de um número da Revista Diálogos sobre o tema de emergências e
1350 desastres" e não houve nenhum questionamento sobre ele. O delegado disse que

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1351 também não houve nenhum questionamento sobre o item “articular CFP, ABEP e Rede
1352 Latino americana para a construção de um curso à distância sobre psicologia nas
1353 emergências e desastres”. O delegado Humberto Verona leu o item “discutir com ABEP
1354 a inclusão do tema nas IES” e disse que alguns delegados defenderam que não há
1355 necessidade do item, enquanto outros desejam sua permanência. Falou que como os
1356 itens anteriores foram consensuados, seria preciso decidir se o item continuaria na
1357 agenda ou não. O delegado Humberto Verona falou que o último item de
1358 encaminhamento foi a proposta de elaboração de um plano operacional de contingências
1359 para o Sistema Conselhos de Psicologia para ser apreciado na APAF de dezembro de
1360 dois mil e onze. Como nenhum delegado se opôs, o item foi incluído como uma
1361 realização para dois mil e onze. O delegado Humberto Verona perguntou se a Mesa
1362 Diretora poderia dar início à votação da permanência ou exclusão do item “discutir com
1363 ABEP a inclusão do tema nas IES” ou se havia necessidade de defesa. Como nenhum
1364 delegado se manifestou, o delegado Humberto Verona disse que todos estavam
1365 esclarecidos para votar e deu início à votação perguntando quais delegados eram
1366 favoráveis à manutenção do item. O item foi mantido por trinta e dois votos favoráveis,
1367 cinco votos contrários e duas abstenções. O delegado Humberto Verona disse que a
1368 APAF deveria apreciar a proposta formulada pelo CFP para o seminário nacional. A
1369 delegada Clara Goldman falou que somente os objetivos do seminário haviam sido
1370 definidos e o delegado Humberto Verona leu o documento “Projeto do Seminário
1371 Emergências e Desastres”, que segue anexo à ata. O delegado Lindomar Darós falou
1372 que um dos itens do documento é a avaliação do processo de institucionalização da área
1373 de emergências e desastres e outro item é a possibilidade da expressão das produções
1374 teóricas e técnicas institucionais e profissionais e, diante disto, perguntou se
1375 emergências e desastres são situações calamitosas intersetoriais e todos são chamados a
1376 atuar ou são áreas específicas da prática. Disse que estava subjetivo que emergências e
1377 desastres seriam uma área específica e defendeu que se tratava de um campo
1378 intersetorial. O delegado Joari de Carvalho pediu um esclarecimento sobre o ponto
1379 “avaliação do Processo de institucionalização da área das Emergências e Desastres”. A
1380 delegada Clara Goldman disse que o objetivo do item não é criar a área de emergências
1381 e desastres e ressaltou que existem profissionais no mercado que atuam na área, sendo
1382 que a delegada citou Ângela Coelho, que fez um doutorado sobre o tema, como
1383 exemplo. A delegada disse que há duas opções: orientar, instrumentalizar e qualificar o
1384 trabalho do psicólogo que atua em emergências e desastres com diversas possibilidades
1385 de inserção nas políticas públicas ou ir contra a realidade nacional. Disse que o Sistema
1386 Conselhos de Psicologia está criticando uma área em curso e um projeto de produção de
1387 conhecimento e prática da Psicologia. A delegada ressaltou que o psicólogo que atua em
1388 emergências e desastres precisa ter clareza sobre qual poderá ser sua contribuição e
1389 disse que essa área se relaciona com outros campos de atuação. A delegada questionou
1390 como o psicólogo nomeia sua atuação e citou como exemplo os psicólogos que
1391 trabalham em consultórios, que se nomeiam psicólogos clínicos. A delegada disse que o
1392 exemplo citado mostra o reconhecimento de uma área de atuação e ressaltou que a
1393 crítica à especialidade não pode fazer sucumbir um campo que potencialmente irá gerar
1394 emprego a todos os psicólogos que atuam na base dos municípios. O delegado
1395 Humberto Verona disse que a Mesa estava confusa em relação à proposta do item
1396 “avaliação do Processo de institucionalização da área das Emergências e Desastres” e
1397 falou que a Mesa interpretou a argumentação da delegada Clara Goldman, que vai ao
1398 encontro das argumentações que já haviam sido colocadas. Perguntou o que o Sistema
1399 Conselhos de Psicologia irá avaliar no seminário o processo de institucionalização e
1400 disse que a fala da delegada Clara Goldman foi sobre o processo de atuação do

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1401 psicólogo na área de emergências e desastres e a avaliação da entrada do psicólogo nos
1402 seus diversos locais de trabalho na política pública, mas ressaltou que o questionamento
1403 foi sobre a palavra “institucionalização”. A delegada Clara Goldman disse que na
1404 discussão sobre áreas sempre está presente a institucionalização e há áreas mais
1405 instituídas e áreas menos instituídas. Falou que essa terminologia é utilizada pelo
1406 Sistema Conselhos de Psicologia há no mínimo dez anos e tem a possibilidade de
1407 caracterizar áreas que estão em processo de aglutinação, produção de conhecimento e
1408 crescimento. A delegada deixou claro que a terminologia “institucionalização” não
1409 significa “especialização”, mas sim discutir como a área está crescendo, potencializando
1410 produção de conhecimento e orientando o campo da prática. A delegada Clara Goldman
1411 disse que “institucionalização” é uma área que vai se tornando presente dentro da
1412 atuação da Psicologia. O delegado Lindomar Darós disse que a questão da
1413 empregabilidade foi explicitada com a fala da delegada Clara Goldman. Falou que não é
1414 contrário aos psicólogos terem empregos públicos e defendeu que todo vínculo de
1415 cuidado à população deveria ser por meio de concurso e vínculo formal de trabalho. O
1416 delegado disse que não acredita que seja necessário forjar possibilidades para emprego e
1417 insistiu que a temática atravessa todas as áreas. Ressaltou que os psicólogos que
1418 trabalham em postos de saúde, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e
1419 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) estão atuando nas
1420 interfaces e disse que as teses de mestrado e doutorado que abordam a atuação do
1421 psicólogo em determinadas situações não significam a criação de campos de saberes
1422 específicos, mas sim análises sobre modos de fazer. O delegado disse que a
1423 institucionalização da área de emergências e desastres a torna um fazer apartado dos
1424 outros e falou que isso exclui a atuação dos psicólogos do SUS, do SUAS e psicólogos
1425 que atuam na educação na chamada área das emergências e desastres. A delegada Clara
1426 Goldman perguntou se facilitaria trocar a palavra “institucionalização” por “avaliação”.
1427 O delegado Humberto Verona disse que sim e a delegada Clara Goldman concordou
1428 com a mudança. O delegado Joari de Carvalho falou que estava tentando formular um
1429 texto que tivesse um objetivo maior, com sub-itens e sugeriu a seguinte redação:
1430 “avaliação dos processos de configuração e organização do trabalho de psicólogos e
1431 psicólogas nas situações de emergências e desastres: a inserção nas equipes de defesa
1432 civil, o trabalho intersetorial e a mobilização dos psicólogos”. O delegado disse que
1433 também pode ser contemplada a questão do voluntariado, mas ressaltou que discorda
1434 dessa inclusão, apesar de concordar que o trabalho voluntário precisa ser discutido.
1435 Falou que a discussão sobre a defesa civil é relevante e disse que emergências e
1436 desastres não é mais responsabilidade só da defesa civil, mas também da saúde e da
1437 assistência. O delegado disse que uma equipe de defesa civil não consegue dar conta da
1438 dimensão e magnitude de situações de emergências e desastres. O delegado Lindomar
1439 Darós disse que foi contemplado pela fala do delegado Joari de Carvalho. O delegado
1440 Humberto Verona disse que um dos itens do documento “Projeto do Seminário
1441 Emergências e Desastres” será alterado para a redação sugerida pelo delegado Joari de
1442 Carvalho e falou que nenhum delegado havia se manifestado sobre algum problema que
1443 pudesse haver em outros itens. O delegado deu início à votação do conjunto de
1444 indicações para o seminário e ele foi aprovado por unanimidade. O delegado Humberto
1445 Verona perguntou se por consenso, pode-se considerar o cartaz apresentado como
1446 aprovado e os delegados não se opuseram. A delegada Carla Biancha Angelucci sugeriu
1447 que no cartaz fosse utilizada a terminologia “Psicologia em emergências e desastres”. O
1448 delegado perguntou quais CRPs gostariam de participar de um GT para acompanhar a
1449 execução da política e formular documentos e os CRPs da Segunda, Quinta, Sexta,
1450 Décima Segunda, Décima Quinta, e Décima Nona Regiões se apresentaram. 5.

1451 **Regulamentação do Exercício Profissional da Grafologia.** Participaram da discussão
1452 do ponto os delegados: CFP: Humberto Verona, Deise Nascimento e Clara Goldman;
1453 CRP-01: Niva Hanazumi e Eliane Correa; CRP-02: Maria Conceição Costa e Glaudston
1454 de Lima; CRP-03: Carlita Bastos e Jeane Araújo; CRP-04: Júnia Lara, Lourdes
1455 Machado e Amaury da Silva; CRP-05: Lygia Ayres, Alexandre Ávila e Lia Yamada;
1456 CRP-06: Lilihan da Silva, Carla Biancha Angelucci e Fernanda Lavarello; CRP-07:
1457 Vania de Mello, Loiva Leite e Janaína Zanchin; CRP-08: João Baptista de Oliveira,
1458 Fernanda Rosseto e Suzana Borges; CRP-09: Ivancésar de Souza e Wadson Gama;
1459 CRP-10: Dorotéia de Cristo; CRP-11: Aline Freitas e Adriana Pinheiro; CRP-12:
1460 Marilene Wittitz e Maria Carolina da Silveira; CRP-13: Maria do Socorro Pizzetti e
1461 Tarcisia Cavalcanti; CRP-14: Carlos Afonso Medeiros; CRP-15: Silvia de Lima; CRP-
1462 16: Sharla Bitencourt; CRP-17: Nilza Molina; CRP-18: Maria Aparecida Fernandes;
1463 CRP-19: Adriano Barros. O delegado Humberto Verona disse que o ponto é
1464 remanescente da APAF de dezembro de dois mil e dez e foi solicitado pelo CRP da
1465 Décima Nona Região. O delegado pediu para o CRP-09 apresentar o ponto. O delegado
1466 Wadson Gama disse que na APAF de dezembro de dois mil e dez, os PLs de
1467 regulamentação do exercício do grafólogo foram discutidos a pedido do CRP-09 e na
1468 ocasião foi encaminhado que o CFP deveria articular com a Comissão de Avaliação
1469 Psicológica, Instituto Brasileiro de Administração Pública e Apoio Universitário (IBAP)
1470 e o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) um debate técnico
1471 para elaboração de um posicionamento para apresentação aos propositores do PL. O
1472 delegado disse que foi decidido também que o assunto deveria ser discutido nos
1473 encontros de Comissões de Orientação e Ética (COEs) e de Comissões de Orientação e
1474 Fiscalização (COFs) e leu os encaminhamentos dados no encontro de COFs, que
1475 seguem anexos à ata. O delegado disse que o PL 2781/2008 foi apresentado pelo
1476 Deputado Walter Brito Neto (PRB/PB), em treze de fevereiro de dois mil e oito,
1477 visando regulamentar a profissão de grafólogo. Ele falou que o PL foi aprovado em
1478 vinte e quatro de novembro de dois mil e dez pela Câmara dos Deputados, sendo
1479 remetido ao Senado Federal. No Senado, disse o delegado, o PL está identificado como
1480 PLC 184/2010 e tramitará terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais, sendo
1481 que o Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) foi designado relator em vinte e cinco de
1482 março de dois mil e onze. O delegado ressaltou que não há outros projetos em
1483 tramitação no Congresso Nacional a respeito da regulamentação da profissão de
1484 grafólogo. O delegado Humberto Verona disse que o CFP já pediu à Comissão
1485 Consultiva de Avaliação Psicológica um parecer sobre a grafologia e falou que no dia
1486 trinta de junho de dois mil e onze irá acontecer a reunião do FENPB, sendo que o CFP
1487 já pediu a inclusão do ponto na pauta do encontro. O delegado disse que a Mesa
1488 Diretora entendeu que o único encaminhamento que não estava sendo implementado era
1489 o item "os CRPs devem fazer um levantamento dos casos que têm conhecimento de
1490 psicólogos que fazem uso da Grafologia para saber como eles vêem a Grafologia: como
1491 um instrumento ou como uma área de conhecimento" e ressaltou que na APAF de
1492 dezembro serão trazidos os resultados das discussões com o FENPB, com a Comissão
1493 de Especialistas e com a pesquisa que os CRPs irão fazer. A delegada Maria Aparecida
1494 Fernandes falou que no encontro da COF foi verificado que o processo teve um
1495 andamento rápido e disse não saber se ele irá tramitar conforme os demais projetos ou
1496 se a tramitação dele continuará rápida. Falou que deve ser feita uma visita ao relator
1497 para discutir alguns pontos do projeto que são contraditórios à profissão de psicólogo,
1498 que foi citada no PL. A delegada Carla Biancha Angelucci disse que é preciso haver um
1499 processo mais célere no diálogo com o proponente do PL e o relator, pois a tramitação
1500 está sendo muito rápida. A delegada Deise Nascimento disse que concordou com as

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

1501 delegadas Maria Aparecida Fernandes e Carla Biancha Angelucci de que é necessário
1502 estar atento ao andamento do PL sobre a grafologia, mas ressaltou que é necessário
1503 fazer um estudo ou acelerar os estudos a respeito dos equívocos do projeto de lei. A
1504 delegada falou que existe um conjunto de materiais sobre grafologia e a Comissão
1505 Consultiva está tentando demonstrar se a grafologia é ou não teste psicológico e até que
1506 ponto ela invade as ações da Psicologia ou não. A delegada disse que se representantes
1507 do Sistema Conselhos de Psicologia forem se encontrar com o relator ou pleitear uma
1508 audiência pública, previamente deve ser feito um estudo do PL para mostrar algumas
1509 questões importantes ao relator. O delegado Wadson Gama ressaltou que há a questão
1510 política e disse que o Sistema Conselhos de Psicologia pode apontar erros que não
1511 interessam ao relator. O delegado Wadson concordou com a delegada Carla Biancha
1512 Angelucci que é preciso acompanhar o andamento do PL e ressaltou que a tramitação do
1513 projeto de lei está muito célere. O delegado Humberto Verona disse que as propostas
1514 para encaminhamentos até o momento foram: os CRPs irão fazer um levantamento dos
1515 casos que têm conhecimento de psicólogos que fazem uso da Grafologia, o CFP irá
1516 marcar o mais rápido possível uma audiência com o relator para questionar o PL e a
1517 Comissão de Avaliação Psicológica irá emitir um parecer para subsidiar a discussão
1518 com o relator do PLC. O delegado Wadson Gama pediu que fosse estabelecida uma data
1519 para a realização dos encaminhamentos. O delegado Humberto Verona disse que a
1520 audiência será pedida no dia vinte e três de maio de dois mil e onze para acontecer o
1521 mais breve possível, dependendo da agenda do relator. Disse que a ideia encaminhada
1522 pela Mesa Diretora é que na APAF de dezembro o grupo pudesse trazer as informações,
1523 mas ressaltou que a Plenária poderia sugerir outra data para o CFP receber o
1524 levantamento e divulgá-lo. O delegado disse que o levantamento sobre casos de
1525 psicólogos que utilizam a grafologia irá subsidiar a posição do Sistema Conselhos de
1526 Psicologia. A delegada Carla Biancha Angelucci disse que no encontro de COFs foi
1527 discutido que a posição do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o projeto de lei pode
1528 seguir paralelamente ao levantamento porque o PL versa sobre a constituição de outra
1529 profissão. A delegada Carla falou que na reunião de COFs foi consensuado que a
1530 grafologia não é uma nova profissão porque parte de preceitos psicológicos. O delegado
1531 Humberto Verona disse que o encaminhamento foi esclarecido e falou que a APAF de
1532 dezembro pode ser a referência para receber as contribuições dos CRPs, porque não há
1533 urgência em definir se a grafologia é um instrumento ou não. A delegada Niva
1534 Hanazumi sugeriu que seja formulado um documento com as questões que foram
1535 discutidas na APAF. A delegada Lygia Ayres concordou com a fala da delegada Carla
1536 Biancha Angelucci e disse que o CRP do Rio de Janeiro já recebeu uma denúncia e há
1537 um psicólogo sendo processado em decorrência de um empregado haver sido demitido a
1538 partir de uma avaliação psicológica que se sustentou no teste grafológico. A delegada
1539 Deise Nascimento disse que deve ser feito um estudo do PL para o diálogo com o
1540 relator do projeto a partir dos apontamentos dos equívocos que o PL contém e a partir
1541 da prática psicológica. A delegada falou que o estudo do PL não exclui os outros
1542 encaminhamentos e ressaltou que ele deve ser elaborado com urgência. O delegado
1543 Humberto Verona disse que, em relação à audiência com o relator, há a sugestão da
1544 delegada Niva Hanazumi da confecção de um documento escrito. E a sugestão da
1545 delegada Deise Nascimento para a realização de um estudo sobre o projeto de lei, para
1546 que na audiência sejam apontados quais são os equívocos do projeto e o pedido de
1547 arquivamento do processo de criação de uma nova profissão. O delegado lembrou que o
1548 CRP da Primeira Região se ofereceu para participar da discussão com o relator e disse
1549 que a delegada Lia Yamada sugeriu que a elaboração do documento e a audiência
1550 aconteçam no prazo máximo de um mês. O delegado Wadson Gama disse que há

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

1551 elementos da Psicologia no PL e perguntou como o Sistema Conselhos de Psicologia irá
1552 questionar o projeto de lei se ainda não o reconhece. O delegado Adriano Barros disse
1553 que compartilha da dúvida do delegado Wadson Gama e perguntou se a prática da
1554 grafologia é ou não reconhecida pela Psicologia. O delegado Humberto Verona
1555 respondeu que a prática não é reconhecida pela Psicologia e que a grafologia não deve
1556 ser uma profissão. Disse que o Sistema Conselhos de Psicologia irá argumentar com o
1557 senador responsável pelo PL e que o projeto de lei contém elementos que afetam o
1558 campo da Psicologia. Lembrou ainda que o Sistema Conselhos entende que, por todo o
1559 conjunto de argumentação do projeto, ele não justifica a criação de uma profissão no
1560 Brasil para trabalhar com o campo. O delegado disse que o senador também será
1561 informado de que o Sistema Conselhos de Psicologia irá pedir o arquivamento do
1562 projeto que cria a profissão de grafólogo. O delegado Humberto Verona disse que o
1563 arquivamento será pedido e a Comissão de Avaliação fará um estudo sobre o
1564 instrumento para verificar se ele é validado para ser usado pelo psicólogo e ressaltou
1565 que a Comissão pode reconhecer que se trata de um teste psicológico, o que não
1566 significa que ele esteja autorizado a ser usado pelos psicólogos. O delegado esclareceu
1567 que quando um instrumento é considerado teste psicológico, ele passa por um estudo de
1568 validade para que o uso por psicólogos seja autorizado ou não, mas ressaltou que o fato
1569 do instrumento ser considerado teste psicológico impede que ele seja utilizado por
1570 outros profissionais. O delegado Wadson Gama disse que na Reunião de Presidentes
1571 que ocorreu no dia anterior foi formado um grupo para acompanhar os projetos de lei e
1572 falou que esse grupo deveria participar da audiência com o senador. O delegado
1573 Humberto Verona disse que a Mesa Diretora estava levando em consideração os
1574 argumentos provenientes do encontro de COFs e da APAF anterior. Disse que os
1575 encaminhamentos seriam: a solicitação de uma audiência com o relator do PL,
1576 levantamento de argumentos contrários à regulamentação da grafologia como profissão,
1577 realização, pelos CRPs, de levantamento dos casos de psicólogos que usam a grafologia
1578 em paralelo para o agendamento da audiência e avaliação, pela Comissão de
1579 Especialistas em Avaliação Psicológica, da ferramenta da grafologia para definir se ela
1580 é um teste psicológico ou não. O delegado Wadson Gama perguntou qual era o grupo de
1581 presidentes formado para acompanhar os projetos de lei e o delegado Humberto Verona
1582 respondeu que o grupo era composto pelos presidentes do CFP e dos CRPs da Primeira,
1583 Quarta, Quinta, Sexta, Décima Primeira e Décima Nona Regiões. A delegada Niva
1584 Hanazumi ressaltou que é importante marcar o encontro para a realização do estudo e
1585 para a ABEP trazer alguns subsídios para o grupo. O delegado Humberto Verona
1586 lembrou que a delegada Lia Yamada havia sugerido a proposta de trinta dias para que o
1587 grupo consiga realizar a tarefa. O delegado disse que foi definido na Reunião de
1588 Presidentes que o CFP será responsável por garantir a reunião e a mobilização do grupo
1589 quando necessário e informou que na segunda-feira, dia vinte e três de maio, o CFP iria
1590 fazer um levantamento sobre o melhor dia e horário para o agendamento de uma reunião
1591 telefônica do grupo. A delegada Lia Yamada perguntou se o GT será responsável por
1592 todas as tarefas relativas ao tema e o delegado Humberto Verona respondeu que sim. A
1593 delegada Carla Biancha Angelucci perguntou se o CFP irá marcar a audiência e o
1594 delegado Humberto Verona respondeu que sim e que o CFP irá também mobilizar a
1595 articulação do grupo. O delegado Humberto Verona sugeriu a seguinte ordem de
1596 discussão dos pontos: "Utilização do nome social no documento de registro
1597 profissional, nos demais documentos e nos meios de divulgação", "Eleição Via
1598 Internet" e "Sistema Único de Assistência Social - SUAS". **6. Utilização do nome
1599 social no documento de registro profissional, nos demais documentos e nos meios
1600 de divulgação.** Participaram da discussão do ponto os delegados: CFP: Humberto

1601 Verona, Deise Nascimento e Clara Goldman; CRP-01: Niva Hanazumi e Eliane Correa;
1602 CRP-02: Maria Conceição Costa e Glaudston de Lima; CRP-03: Carlita Bastos e Jeane
1603 Araújo; CRP-04: Júnia Lara, Lourdes Machado e Amaury da Silva; CRP-05: Lygia
1604 Ayres, Alexandre Ávila e Lia Yamada; CRP-06: Lilihan da Silva, Carla Biancha
1605 Angelucci e Fernanda Lavarello; CRP-07: Vania de Mello, Loiva Leite e Janaína
1606 Zanchin; CRP-08: João Baptista de Oliveira, Fernanda Rosseto e Suzana Borges; CRP-
1607 09: Ivancésar de Souza e Wadson Gama; CRP-10: Dorotéa de Cristo; CRP-11: Aline
1608 Freitas e Adriana Pinheiro; CRP-12: Marilene Wittitz e Maria Carolina da Silveira;
1609 CRP-13: Maria do Socorro Pizzetti e Tarcisia Cavalcanti; CRP-14: Carlos Afonso
1610 Medeiros; CRP-15: Benedito Cedrim; CRP-16: Janaína Pereira; CRP-17: Nilza Molina;
1611 CRP-18: Maria Aparecida Fernandes; CRP-19: Adriano Barros. A delegada Carla
1612 Biancha Angelucci disse que na Reunião de Presidentes de dezembro de dois mil e dez
1613 foi discutida a possibilidade da utilização do nome social na carteira de identidade
1614 profissional a pedidos de profissionais do estado de São Paulo que estão em processo
1615 transexualizador. A delegada disse que ocorreram dúvidas sobre como garantir o
1616 máximo possível que o sujeito possa se identificar da maneira como ele se sente
1617 reconhecido e, ao mesmo tempo, entendendo que se trata de um documento de registro
1618 válido em território nacional. A delegada Carla Biancha falou que foi entendido pela
1619 assessoria jurídica do CRP da Sexta Região e por um representante da Secretaria de
1620 Diversidade Sexual de São Paulo que: trata-se de um documento de identidade e,
1621 portanto, o nome de registro da pessoa deve se fazer constar, não sendo permitidas
1622 substituições. A delegada disse que a solução encontrada foi colocar o nome social no
1623 campo de observações da carteira de identidade profissional. Ressaltou que, para que
1624 isso seja possível, é preciso haver uma resolução autorizando o uso do nome social por
1625 psicólogos e a inclusão do nome social no campo de observações. A delegada Carla
1626 Biancha Angelucci disse que, em relação à assinatura em documentos oficiais, foi
1627 entendido que, por se tratar de um documento, o nome de registro deve se fazer constar.
1628 Falou que na divulgação de serviços psicológicos, é possível utilizar o nome social, mas
1629 o nome de registro também deve ser apresentado. A delegada falou que essa foi a
1630 solução encontrada até o momento e ressaltou a necessidade do Sistema Conselhos de
1631 Psicologia possuir mais força junto ao movimento social para pleitear possibilidades de
1632 mudanças na legislação a nível federal. A delegada Carla Biancha Angelucci disse que
1633 foram pensadas duas linhas de ação: estabelecer um diálogo maior com o movimento
1634 social para pleitear mudanças de caráter nacional e construir uma resolução para
1635 autorizar a inserção do nome social no campo de observações. A delegada falou que é
1636 importante instruir os psicólogos e as psicólogas de que o nome social pode ser
1637 utilizado na divulgação de serviços, mas o nome de registro deve ser apresentado e na
1638 assinatura de documentos é preciso constar o nome de registro. O delegado Humberto
1639 Verona disse que os presidentes entenderam que caberia ao Sistema Conselhos de
1640 Psicologia iriciar a possibilidade de os psicólogos e as psicólogas terem o nome social
1641 registrado no seu documento. Relatou que os presidentes entenderam também que na
1642 APAF deveria ser apresentada uma resolução autorizando a inclusão do nome social no
1643 campo de observações. O delegado Humberto Verona leu a minuta da resolução, que
1644 segue anexa à ata. O delegado Benedito Cedrim disse que deverá ser obrigatório colocar
1645 o nome social na ficha de inscrição do psicólogo ou da psicóloga no CRP e no cadastro
1646 que há no site do Conselho. A delegada Dorotéa de Cristo leu o art. 3º da minuta de
1647 resolução e perguntou como o nome de batismo poderia constar juntamente com o nome
1648 social. O delegado Humberto Verona respondeu que foi entendido que para o
1649 documento ter validade, ele deve ter o nome de registro e, o número de inscrição no
1650 CRP, mas o profissional pode usar o nome social junto com o nome de registro. O

1651 delegado Wadson Gama perguntou se o psicólogo ou a psicóloga deve assinar primeiro
1652 o nome de registro ou o nome social e o delegado Humberto Verona disse não saber se
1653 legalmente haveria uma ordem a ser seguida. O delegado Glaudston de Lima disse que
1654 na organização não-governamental onde trabalha os travestis e os transexuais, quando
1655 precisam assinar algum documento, escrevem o nome civil, colocam entre parênteses o
1656 nome social e assinam com o nome civil. O delegado sugeriu que seja feito um modelo
1657 para exemplificar o procedimento. A delegada Adriana Pinheiro sugeriu que fosse
1658 colocado o nome completo seguido do número de inscrição no CRP e o nome social,
1659 seguindo as orientações do Código de Ética Profissional. O delegado Humberto Verona
1660 disse que o nome completo precisa constar no documento, mas falou que entende que
1661 legalmente não há diferença se o nome de registro será escrito antes do nome social ou o
1662 contrário. O delegado Humberto Verona falou que é preciso haver a identificação do
1663 psicólogo ou da psicóloga com o nome de registro profissional e a assinatura deve ser a
1664 mesma que consta na carteira, mas o nome social também poderá constar no
1665 documento. Ressaltou que a resolução não irá abarcar todos os aspectos da realidade e
1666 disse que posteriormente poderá ser preciso fazer uma nota de esclarecimento ou uma
1667 orientação. O delegado Glaudston de Lima pediu que, na resolução, onde aparece “o
1668 psicólogo” seja substituído por “o (a) psicólogo (a)” e o delegado Humberto Verona
1669 acrescentou que isso deve ser feito em todos os documentos oficiais do Sistema
1670 Conselhos de Psicologia. O delegado Humberto Verona deu início à votação da
1671 resolução, que foi aprovada por unanimidade. **7 – Eleição Via Internet e Grupos de**
1672 **Trabalho da APAF - Revisão do Regimento Eleitoral.** Participaram da discussão do
1673 ponto os delegados: CFP: Humberto Verona, Deise Nascimento e Clara Goldman; CRP-
1674 01: Niva Hanazumi e Neffretier Clasta; CRP-02: Maria Conceição Costa e Glaudston de
1675 Lima; CRP-03: Carlita Bastos e Jeane Araújo; CRP-04: Júnia Lara, Lourdes Machado e
1676 Ricardo Moretzsohn; CRP-05: Lygia Ayres, Alexandre Ávila e Lia Yamada; CRP-06:
1677 Lilihan da Silva, Carla Biancha Angelucci e Fernanda Lavarello; CRP-07: Vania de
1678 Mello, Loiva Leite e Vera Pasini; CRP-08: João Baptista de Oliveira, Fernanda Rosseto
1679 e Suzana Borges; CRP-09: Ivancésar de Souza e Wadson Gama; CRP-10: Dorotéa de
1680 Cristo; CRP-11: Aline Freitas e Adriana Pinheiro; CRP-12: Marilene Wittitz e Gilceo
1681 Gonçalves; CRP-13: Maria do Socorro Pizzetti e Tarcisia Cavalcanti; CRP-14: Renan
1682 Soares Júnior; CRP-15: Benedito Cedrim; CRP-16: Janaína Pereira; CRP-17: Fernando
1683 da Silva; CRP-18: Luiz Guilherme Gomes; CRP-19: Edelvaise Ferreira. O delegado
1684 Alexandre Ávila (integrante do GT de revisão do regimento eleitoral) apresentou o
1685 ponto. Disse que a questão foi primeiramente apontada pelos CRPs da Décima Quinta e
1686 da Décima Sexta Regiões, que levantaram algumas vantagens da eleição via internet:
1687 diminuição dos custos, probabilidade de aumento da participação dos psicólogos no
1688 processo eleitoral, diminuição da abstenção, maior rapidez na apuração. O delegado
1689 disse que os conselhos de fonoaudiologia, nutrição, medicina, contabilidade e
1690 administração já utilizam a eleição via internet e falou que os integrantes do GT da
1691 Revisão do Regimento Eleitoral entraram em contato com esses conselhos para obter
1692 informações sobre a forma como as eleições via internet são feitas, tendo recebido
1693 materiais dos conselhos de contabilidade, administração e medicina. O delegado
1694 Alexandre Ávila falou que o conselho de contabilidade realiza, desde dois mil e nove,
1695 eleições via internet e presenciais, sendo que as eleições em que há apenas uma chapa
1696 são presenciais porque dessa forma os custos são menores. O delegado afirmou que os
1697 conselhos de contabilidade e de medicina disponibilizam um computador que pode ser
1698 utilizado pelo profissional para realizar a votação. Falou que a senha é enviada por e-
1699 mail e, no conselho de administração, também por correio, sendo que o profissional tem
1700 de um a dois meses para alterar a senha que recebeu. O delegado Alexandre Ávila disse

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

1751 o delegado Alexandre Ávila disse que isso é feito nas sedes e sub-sedes dos conselhos
1752 que adotam a eleição via internet. A delegada Lourdes Machado perguntou como será a
1753 privacidade do eleitor e o delegado Alexandre Ávila respondeu que há alguns produtos
1754 no mercado que garantem a segurança e que alguns conselhos estabelecem parcerias
1755 com empresas de tecnologia para desenvolver um mecanismo de segurança próprio. O
1756 delegado ressaltou que é importante que o site por meio do qual será realizada a votação
1757 tenha acessibilidade para que os portadores de necessidades especiais também possam
1758 votar. A delegada Vera Pasini informou que em eleições via internet geralmente não
1759 aparece o nome de eleitor, mas sim um código ou um número, o que não permite a
1760 identificação de quem votou. O delegado Alexandre Ávila disse que algumas entidades
1761 do FENPB e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já realizam
1762 eleições via internet. O delegado Wadson Gama perguntou qual a diferença entre o
1763 número de pessoas que votaram pela internet e presencialmente e o delegado Alexandre
1764 Ávila respondeu que essa informação ainda não foi levantada, mas disse que alguns
1765 integrantes do GT ficaram responsáveis por obter esses dados. O delegado Humberto
1766 Verona disse que o entendimento da Mesa Diretora é que, ao votar a continuidade do
1767 GT, ele irá buscar informações para permitir a viabilidade do processo. A delegada Vera
1768 Pasini ressaltou que há alguns procedimentos que devem ser realizados antes da eleição
1769 via internet, como, por exemplo, a atualização dos endereços dos psicólogos inscritos. O
1770 delegado Humberto Verona disse que a proposta da Mesa Diretora era que o assunto
1771 fosse debatido nos CRPs, pois as informações serão repassadas, o GT continuará
1772 produzindo dados para subsidiar a discussão e isso será ponto de pauta da APAF de
1773 dezembro para aprovação. O delegado falou que todas as questões levantadas na APAF
1774 foram anotadas e serão repassadas ao GT. A delegada Júnia Lara perguntou se há uma
1775 agenda envolvendo os CRPs e o delegado Humberto Verona disse que o GT ficará
1776 responsável por criar um prazo para que os CRPs apreciem a minuta do Regimento
1777 Eleitoral. O delegado Benedito Cedrim sugeriu o dia trinta de setembro como data
1778 limite para os CRPs encaminharem propostas sobre o Regimento Eleitoral e o dia dois
1779 de novembro como data limite para o GT finalizar o regimento e encaminhá-lo
1780 novamente aos CRPs. O delegado Alexandre Ávila sugeriu que os CRPs encaminhem
1781 as análises para o GT entre junho e setembro e de setembro a novembro o GT já teria o
1782 material consolidado para enviar aos CRPs. O delegado Alexandre Ávila disse que a
1783 solicitação do número de votantes na eleição via internet e na eleição presencial já foi
1784 enviada aos conselhos de classe, mas eles ainda não tiveram tempo de enviar a
1785 informação ao GT e falou que, mesmo para a eleição presencial, a base de dados dos
1786 profissionais inscritos terá que ser revista. O delegado Humberto Verona disse que as
1787 datas foram acrescentadas aos encaminhamentos sugeridos pelo GT. O delegado
1788 Humberto Verona esclareceu que de junho a setembro os CRPs enviarão as propostas e
1789 de setembro a novembro o GT irá trabalhar com base nas sugestões enviadas. Os
1790 encaminhamentos propostos foram os seguintes: Encaminhar minuta do regimento
1791 eleitoral aos plenários dos CRPs para discussão; Que o GT continue existindo e receba
1792 as contribuições para o projeto; Consolidação das contribuições dos CRPs antes da
1793 APAF de dezembro de 2011; Para APAF de dezembro de 2011 providenciar também
1794 proposta completa de regimento eleitoral e eleição via internet para apreciação. O
1795 delegado Humberto Verona colocou o conjunto de encaminhamentos propostos em
1796 votação e eles foram aprovados por unanimidade. As discussões se encerraram às vinte
1797 horas e treze minutos e combinaram de iniciar os trabalhos do dia seguinte às nove
1798 horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Deise Nascimento, Secretária *ad hoc*, lavrei a
1799 presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
1800 referenciados.

[Handwritten signatures on the left margin]

[Handwritten signatures on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

- 1801 Brasília, 21 de maio de 2011.
- 1802 Humberto Cota Verona – CFP _____
- 1803 Clara Goldman Ribemboim – CFP _____ *Clara J. Ribemboim*
- 1804 Monalisa Barros – CFP _____ *Monalisa Barros*
- 1805 Deise Nascimento - CFP _____ *Deise Nascimento*
- 1806 Niva de Oliveira Hanazumi – CRP-01 _____
- 1807 Neffretier Cinthia R. A. S. Clasta – CRP-01 _____
- 1808 Eliane Figueiredo de S. Jardim Correa – CRP-01 _____ *Eliane Figueiredo*
- 1809 Maria Conceição Costa – CRP-02 _____ *Maria Conceição Costa*
- 1810 Glaudston Cordeiro de Lima – CRP-02 _____ *Glaudston Cordeiro de Lima*
- 1811 Alessandra de Lima e Silva – CRP-02 _____ *Alessandra de Lima e Silva*
- 1812 Valter da Mata Filho – CRP-03 _____ *Valter da Mata Filho*
- 1813 Carlita Moraes Bastos – CRP-03 _____ *Carlita Moraes Bastos*
- 1814 Jeane Helena Silva Araujo – CRP-03 _____ *Jeane Helena Silva Araujo*
- 1815 Júnia Maria Campos Lara – CRP-04 _____ *Júnia Maria Campos Lara*
- 1816 Lourdes Aparecida Machado – CRP-04 _____ *Lourdes Aparecida Machado*
- 1817 Ricardo Figueiredo Moretzsohn – CRP-04 _____ *Ricardo Figueiredo Moretzsohn*
- 1818 Amaury Costa Inácio da Silva – CRP-04 _____ *Amaury Costa Inácio da Silva*
- 1819 Lygia Santa Maria Ayres – CRP-05 _____ *Lygia Santa Maria Ayres*
- 1820 Lia Toyoko Yamada – CRP-05 _____
- 1821 Lindomar Expedito Silva Darós – CRP-05 _____
- 1822 Alexandre T'zan Ávila – CRP-05 _____ *Alexandre T'zan Ávila*
- 1823 Carla Bianchi Angelucci – CRP-06 _____ *Carla Bianchi Angelucci*
- 1824 Fernanda Bastos Lavarello – CRP-06 _____ *Fernanda Bastos Lavarello*
- 1825 Joari Aparecido Soares de Carvalho – CRP-06 _____ *Joari Aparecido Soares de Carvalho*
- 1826 Lilihan Martins da Silva – CRP-06 _____ *Lilihan Martins da Silva*
- 1827 Vera Lúcia Pasini – CRP-07 _____ *Vera Lúcia Pasini*
- 1828 Vania Roseli Correa de Mello – CRP-07 _____ *Vania Roseli Correa de Mello*
- 1829 Loiva dos Santos Leite – CRP-07 _____ *Loiva dos Santos Leite*

- 1830 Janaína Turcato Zanchin – CRP-07 _____
- 1831 João Baptista Fortes de Oliveira – CRP-08 _____
- 1832 Sergio Luis Braghini – CRP-08 _____
- 1833 Fernanda Rossetto – CRP-08 _____
- 1834 Suzana Maria Borges – CRP-08 Suzana M. Borges
- 1835 Wadson Arantes Gama – CRP-09 Wadson
- 1836 Ériko Netto de Lima – CRP-09 Ériko
- 1837 Ivancésar Leal de Souza – CRP-09 _____
- 1838 Dorotéa Albuquerque de Cristo – CRP-10 Dorotéa Albuquerque de Cristo
- 1839 Cilene Maria de Alencar Sobreira – CRP-10 Cilene Maria de Alencar Sobreira
- 1840 Adriana de Alencar Gomes Pinheiro – CRP-11 Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
- 1841 Katiana Moura Rocha – CRP-11 Katiana
- 1842 Aline Rosa Pontes Milet Freitas – CRP-11 Aline Rosa Pontes Milet Freitas
- 1843 Marilene Wittitz – CRP-12 Marilene Wittitz
- 1844 Gilceo Garcia Gonçalves – CRP-12 Gilceo Garcia Gonçalves
- 1845 Maria Carolina da Silveira – CRP-12 Maria Carolina da Silveira
- 1846 Maria do Socorro Costa Pizzetti – CRP-13 _____
- 1847 Andrea Tavares Carvalho – CRP-13 Andrea Tavares Carvalho
- 1848 Tarcisia Maria Coutinho Cavalcanti – CRP-13 _____
- 1849 Carlos Afonso Marcondes Medeiros – CRP-14 Carlos Afonso Marcondes Medeiros
- 1850 Renan da Cunha Soares Junior – CRP-14 Renan da Cunha Soares Junior
- 1851 Benedito Raimundo Arruda Cedrim – CRP-15 Benedito Raimundo Arruda Cedrim
- 1852 Silvia Teixeira de Lima – CRP-15 Silvia Teixeira de Lima
- 1853 Janaína Ferreira Pereira – CRP-16 Janaína Ferreira Pereira
- 1854 Sharla Proviatti Bitencourt – CRP-16 Sharla Proviatti Bitencourt
- 1855 Nilza Maria Molina Mendes – CRP-17 Nilza Maria Molina Mendes
- 1856 Fernando Joaquim da Silva – CRP-17 Fernando Joaquim da Silva
- 1857 Maria Aparecida de Amorim Fernandes – CRP-18 Maria Aparecida de Amorim Fernandes
- 1858 Luiz Guilherme Araújo Gomes – CRP-18 Luiz Guilherme Araújo Gomes

1859 Edelvaise Mendonça Ferreira – CRP-19 Edelvaise Mendonça Ferreira

1860 Adriano Ferreira Barros – CRP-19 Adriano Ferreira Barros